

GESTÃO PARA CIDADANIA: UM PROJETO DE USO DE TECNOLOGIAS EM PROL DO FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA BUSCA PELA SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS COM A SAÚDE PÚBLICA

Antônio Jorge de Souza Marques
Francisco Antônio Tavares Junior
Luiz Claudio Silva Caldas



POSSIBILIDADES DE DEMOCRACIA DIGITAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO

Joscimar Souza Silva



POSSIBILIDADES DE DEMOCRACIA DIGITAL EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO¹

Joscimar Souza Silva

RESUMO

Partindo do conceito de democracia digital enquanto o emprego de mecanismos da rede mundial de computadores para aplicação da *accountability* e responsividade políticas, e o entendendo enquanto de fundamental importância para a democratização, avaliamos suas possibilidades de implantação em pequenos municípios do nordeste brasileiro, exemplificando, Correntina – Bahia e mensurando: a atual estrutura de base para a participação política; as possibilidades para acesso aos serviços públicos na internet; mecanismos de participação e transparência oferecidos pelo poder público municipal e sua utilização pelos cidadãos. É importante apresentar aqui não somente o debate sobre a conceitualização de democracia digital, mas também uma reflexão sobre a aplicabilidade dessas teorias sobre a democracia digital na tentativa de sua utilização nos contextos da gestão pública. Trazemos neste trabalho três tipos de análise. O primeiro tipo de análise que nos propomos a fazer é sobre alguns autores sobre a democracia digital. Aqui se insere não somente trabalhos estritamente teóricos, mas também trabalhos carregados de testes empíricos realizados sobre o tema em diversos contextos e esferas de análise. O segundo tipo de análise que trazemos para este trabalho é a realizada sobre dados específicos da atual conjuntura de ferramentas, espaços participativos, conjuntura sócio-política que acreditamos estar intimamente relacionado ao tema da democracia digital no contexto dos pequenos municípios da região Nordeste brasileira. Utilizaremos basicamente dados quantitativos fornecidos e trabalhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Comitê Gestor da Internet (CGI), Comitê para Democratização da Informática (CDI) e do Centro de Estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (CTIC). O terceiro tipo de análise apresentado é o que foca em um escopo mais restrito (contexto da cidade de Correntina-Bahia²), feito exclusivamente na tentativa de aprofundar o debate sobre o tema, e testar a dinâmica e a provável influência de algumas variáveis que acreditamos ser relevantes para a reflexão sobre a democracia digital. Aqui trabalhamos com a avaliação de participação em dois sindicatos e sobre o seu relacionamento com as instituições políticas municipais.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG) na construção de um Projeto de Intervenção na Realidade Social, este como objeto de Trabalho Final do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Trabalho realizado sob orientação da Professora Dra. Heloisa Dias Bezerra e apresentado em novembro/2010.

² O município de Correntina-Bahia foi escolhido para essa análise mais aprofundada, devido a facilidade de acesso que temos a instituições e grupos, além de um conhecimento prévio sobre contexto histórico e sócio-político do município.



Dessa forma, o nosso trabalho retoma o empirismo de outros trabalhos, baseando-se neles, desde a estrutura metodológica até mesmo recebendo de alguns outros uma influência pontual em análises de questões específicas. Baseamos também em pesquisas amplas – não focadas no estudo de democracia digital – como é o caso da “Perfil dos Municípios Brasileiros”, pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada em 2009. Trazemos ainda dados de pesquisas relacionados ao desenvolvimento e desempenho das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Através de dados do IBGE, CETIC e outros e, propomos a partir deles, elaborar um resultado avaliativo das possibilidades de uma convergência para a participação na esfera política pelos cidadãos de pequenos municípios nordestinos, através dos *web sites* governamentais. Conforme pesquisa do CETIC (2009), as regiões Nordeste e Norte do país estão tecnicamente empatadas quanto à condição de pior desempenho de democratização da internet. As duas regiões brasileiras contam com apenas 10% dos seus domicílios com acesso a internet. Neste trabalho dedicaremos apenas ao enfoque da região nordeste, mas especificamente aos pequenos municípios da região nordeste. A região nordeste brasileira conta hoje com 1793 municípios. Sendo que, destes, 1629 tem menos de 50 mil habitantes. Essa será, portanto, a nossa esfera analítica. Temos ainda informações sobre incentivos à democratização da internet, nos municípios da região nordeste do Brasil, em que é apresentado, índices a partir de pequenos municípios da região nordeste com políticas de inclusão digital. O IBGE nos fornece ainda, os indicadores dos pequenos municípios que fornecem ao público serviços disponibilizados em páginas na internet: Trazemos nesta proposta de intervenção dados mais aprofundados da realidade de Correntina-Bahia, onde já realizamos um pré-teste com algumas das variáveis de nossa análise. Baseamos nossa análise entendendo como central no debate do tema de aprimoramento da democracia, a ideia de que, há necessidade de aproximação entre a esfera estatal e os cidadãos, pois a estrutura atual de democracia representativa não estabelece um elo vital de relação entre representantes e representados. Uma das alternativas apontadas para a diminuição desse hiato na democracia representativa é a informatização. Diversos autores apresentam a falta de estrutura para a existência da democracia digital. A informatização – que aqui entendemos enquanto a existência de mecanismos de acesso – é essencial, pois esta dá suporte aos cidadãos para a busca por informações, na busca de suprir uma das necessidades latentes para a participação, que é a informação. Trabalhos na área têm apontado que, a utilização da internet pelos governos, levando em consideração todas as suas possibilidades, é muito baixa (Braga, 2007; Bezerra, 2010). E temos ainda, dados que não nos apresentam uma boa estrutura participativa. Tais fatores evidenciam a alta necessidade de investimentos na área de promoção da democracia digital. Nos dados levantados sobre o contexto de Correntina, considerado aqui exemplificador, ainda que não representativo, temos a indicação de baixo índice participativo, além destes dados apresentarem uma insuficiente relação de diálogo entre as instituições políticas municipais e as instituições da sociedade civil.



1 INTRODUÇÃO

Há uma urgência no trabalho do tema da participação política em pequenas cidades. Esta urgência é compreendida com um problema. Temos vários trabalhos na área da participação política (Avelar, 2007; Avritzer, 2002, 2007; Dagnino, 2002; Faria, 2007; Fleury, 2007; Nez, 2008), e um crescente volume na área da democracia digital (Bezerra, 2008, 2010; Braga, 2007; Gomes, 2005; Silva, 2005; Silva, 2010), e ainda, alguns trabalhos na área da aplicação de políticas públicas compreendendo variados temas em contextos de pequenas cidades, produção que, na literatura de políticas públicas afirmam a existência de uma maior dificuldade de implantação de políticas nas pequenas cidades, pois o maior foco de implantação são as cidades de grande porte. (Oliveira, 2007).

Certamente que há uma menor dificuldade na implantação de políticas públicas em diferentes áreas nos contextos de grandes cidades. As maiores cidades são maiores receptoras de recursos para implantação e manutenção de projetos de políticas públicas, até mesmo por se apresentarem como maior foco de necessidades como afirma Oliveira (2007). Sendo assim, o projeto de implantação de uma esfera de democracia digital, torna-se então um alvo mais distante de ser alcançado nessas cidades e municípios de pequeno porte. Além disso, muito pouco – ou nada – tem sido produzido sobre o tema da democracia digital ou mesmo da participação política no contexto de pequenas cidades.

Além disso, a região Nordeste do Brasil apresenta – assim como a região Norte – o menor percentual de domicílios com acesso a internet. Nessas duas regiões apenas 10% dos domicílios conta com acesso à rede mundial de computadores.

2 DA RELAÇÃO ENTRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA DIGITAL

Segundo Ferreira, “o Estado precisa encarar a informatização como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país” (Ferreira, 2003: p. 37). A informatização enquanto a oferta de mecanismos necessários para a participação política se compõe também como algo mais fundamentalmente necessário, pois, através da existência de informatização, facilita ao cidadão o acesso à informação, elemento necessário para a existência de uma sociedade democrática.



Um elo de aproximação entre a esfera do Estado e a sociedade civil, contudo, necessita não somente da disponibilização da informação por parte da esfera estatal, mas também uma contrapartida por parte dos cidadãos, ou seja, a existência de uma “sociedade participativa”, para a consolidação de uma sociedade democrática (Pateman, 1992: p. 61), e conforme afirma Moura e Silva (2008),

uma efetiva democracia depende da articulação entre a esfera político-institucional e a esfera societária, por meio da mediação da esfera pública, na qual demandas, interesses e problemas sociais conseguem expressar-se e, de alguma forma, orientar a atuação dos agentes e instituições político-administrativas, torna-se imprescindível a existência de atores sociais capazes de organização e atuação autônomas (Moura e Silva, 2008, p. 46).

Além disso, na vasta literatura acerca do tema da participação política, encontramos uma característica central: grande parte dos autores identificam a necessidade de encurtamento da distância entre representantes e representados, a exemplo de Pateman (1992). A grande crítica que é feita está direcionada à democracia formal, estabelecendo que a participação política seria um bom mecanismo para o enfraquecimento da democracia meramente formal e o crescimento de uma democracia substantiva. Além disso, Avelar (2007, p. 269) aponta que, no Brasil, “a maioria da população (...) é pouco ativa, conformista e, no geral, desencantada com a política”, o que é um entrave à participação cidadã na esfera política.

Avritzer (2008) ao trabalhar com o tema da participação em conselhos introduz um termo interessante, para ele, a participação é um elemento “democratizante”. O processo participativo para além de um processo democrático, é fator construtivo da democracia. O autor ainda defende o conceito de instituições participativas enquanto “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”. (Avritzer, 2008: 45).

Outra contribuição importante sobre o tema é trazida por Nez (2008), que classifica dois tipos de democracia participativa: forte e débil. Segundo ela,

Ao inspirarmo-nos da distinção entre “públicos fortes” e “públicos débeis” que propõe Fraser (2005), determinamos uma “democracia participativa forte” quando as práticas são decisivas e responsáveis pela redistribuição das riquezas, e uma “democracia participativa débil” quando as práticas são consultivas e os resultados sociais baixos.”(Héloïse Nez, 2008).



A consideração elaborada por Pateman (1992) é fundamental à teoria da democracia participativa. Tal consideração norteará nosso trabalho especialmente na sua segunda e terceira parte. Assim, acreditamos que, para refletir sobre os possíveis índices de participação em um contexto de democracia digital, podemos, dentre um conjunto de variáveis, utilizar como um *proxy* para uma análise preliminar a participação política da sociedade em ambientes participativos, instituições participativas e utilização de outros mecanismos participativos mais disseminados no contexto a ser analisado. Pois, baseando em Nez (2008), podemos pensar sobre o tipo de sociedade civil existente nos pequenos municípios, se dentro delas há uma cultura de democracia participativa forte ou fraca.

Nesta perspectiva, usamos do conceito de democracia digital enquanto o emprego de mecanismos da rede mundial de computadores para aplicação da *accountability* e responsividade políticas, e considerando como de fundamental importância para a democratização, preocupamos detidamente neste trabalho com um leque maior de questões relacionadas à democracia digital, diferenciando de outros que se concentraram mais detidamente na avaliação restrita do *frame* da democracia digital em espaços específicos (Braga, 2007; Bezerra *et al*, 2010; Silva, 2011).

Retomando a Pateman (1992), a existência de uma sociedade participativa é essencial para a consolidação de uma sociedade democrática. Quanto aos estudos na área de participação política temos destacadamente aqueles promovidos por Avritzer. Trazemos aqui um trabalho em que o autor estuda as instituições participativas no Brasil surgidas na recente democracia brasileira (Avritzer, 2008). Este autor tem ainda, uma das mais sólidas bibliografias sobre a questão da participação no Brasil, trabalhando com temas como espaços participativos surgidos pós-constituente de 1988 (Avritzer, 2008); reforma política e ampliação dos espaços de participação política (Avritzer, 2007); participação política e combate à corrupção (Avritzer, 2008); dentre outros, sendo todos estes temas relevantes às análises sobre participação política no Brasil. Há ainda outros trabalhos sobre participação política e espaços participativos no Brasil, a exemplo, Nez (2008), Faria (2007), Fleury (2007).

Rennó (2010), numa reflexão sobre a qualidade da democracia brasileira, explicita sobre a atuação dos espaços participativos. Segundo o autor:



No país [Brasil], a agenda de ampliação de espaços participativos não se contrapõe e não se enfraquece os mecanismos tradicionais de representação política: os complementa. Conselhos, audiências públicas, propostas legislativas de iniciativa popular, todas previstas legalmente, e orçamentos participativos, ainda não institucionalizados na forma da lei, tem ampliado em muito o escopo da participação política direta sem, com isso, enfraquecer a democracia representativa no país. Portanto, podemos concluir que uma democracia representativa com um processo de responsividade de qualidade, principalmente no que diz respeito aos resultados oferecidos pelo sistema político, reduz o espaço para propostas radicais de reforma política, que podem inclusive mascarar tentativas de enfraquecimento da própria democracia representativa. (RENNÓ, 2010, p. 120).

Numa visão mais voltada para a análise da representação e da democracia representativa no Brasil, Rennó (2010), apresenta os espaços participativos ofertados enquanto parceiros da democracia representativa, ao mesmo tempo em que são ampliadores de espaço às demandas da sociedade civil. Na análise de Rennó (2010) não se contempla as ferramentas participativas disponibilizadas pela democracia digital, provavelmente devido ao seu caráter incipiente ante outras formas mais consolidadas de participação no Brasil. Acreditamos que, os mecanismos de participação já institucionalizados – conselhos, audiências públicas, iniciativa popular – o orçamento participativo, citado por Rennó (2010) e mecanismos de democracia digital devem ser institucionalizados na forma da lei. É, porém necessário o aprofundamento dos estudos sobre democracia digital e as próprias experiências de participação política e democracia digital antes de sua institucionalização, já que defendemos aqui a tese de que, os cidadãos participativos na arena digital tendem a serem aqueles já educados para a participação e já tendo alguma experiência participativa fora dos contextos de democracia digital³.

Diante dos trabalhos aqui apresentados percebemos que nenhum destes se dedica ao estudo de caso de democracia digital ou mesmo de participação política em pequenos municípios ou cidades. Durante toda a nossa pesquisa também não tivemos nenhum contato com nenhuma literatura com esse enfoque analítico, assim sendo, consideramos essencial o desenvolvimento de trabalhos nessa esfera de análise, pois entendemos que a conjuntura do objeto dos trabalhos já realizado caracteriza-se diferentemente dos contextos de pequenos municípios.

³ É importante destacar aqui que não desconsideramos o poder das novas mídias especialmente a internet em criar novos mecanismos que sejam cada vez mais atrativos, podendo estes atrair a atenção dos cidadãos para as questões da administração pública, porém consideramos essencial a existência prévia de uma sociedade mais informada e mais participativa, pois esse seria o público alvo inicial – especialmente entidades associativas e sindicais - das ações de participação e transparência promovidas pelos *web sites*.



3 O FOCOS DE NOSSA ANÁLISE

Neste trabalho, tentamos traçar uma relação entre a existência de espaços participativos e de uma sociedade participativa enquanto elementos de fundamental importância para se entender a participação da sociedade em contextos de democracia digital, ou até mesmo usá-los enquanto *proxy* para análise de conjunturas onde não há uma estrutura de espaços participativos e de transparência via *web sites* governamentais, já que, supondo que existentes as devidas conjunturas participativas da democracia digital, em condições de pleno funcionamento⁴, o corpo de cidadãos de uma unidade política tenderiam a participar na esfera digital caso esta já o seja em ambientes outros da sociedade civil.

Outra característica que tende a distinguir o nosso trabalho dos demais da nossa bibliografia, é que, nos preocupamos com unidades políticas municipais de pequeno porte⁵. A utilização da democracia digital já é feita no âmbito nacional (Braga, 2007); estadual (Bezerra *et al.*, 2010); e municipal, especialmente em capitais (Silva, 2005). Considerando a democracia digital enquanto mecanismo com potencial democratizante, há a necessidade de sua implantação em pequenos municípios.

O estudo dessas possibilidades leva-nos ao encontro da produção e efetividade de políticas públicas em pequenas cidades, enquanto abrangemos a implantação e utilização dos mecanismos de participação existentes na esfera governamental do município e sua utilização por parte dos cidadãos que é competência do Estado, além do seu papel de oferecer mecanismos para uma informação de qualidade, pois, como afirma Ferreira (2003),

cabe ao Estado (...) pensar e estimular a disponibilização de conteúdos informacionais na internet que promovam a formação intelectual e cultural do indivíduo, uma vez que a rede mundial de computadores – enquanto espaço até o momento livre de qualquer regulamentação consistente – tem publicizado informações sem considerar os princípios humanos e éticos sobre os quais a democratização da informação deve fundamentar-se” (Ferreira, 2003, p. 39).

⁴ O chamamos aqui de condições de pleno funcionamento de uma estrutura de democracia digital, compõe-se de um *frame* ideal, em que grande parte dos cidadãos tenham acesso a internet de qualidade, tenham acesso à informação de caráter variado e que os órgãos governamentais possam ofertar mecanismos de participação e transparência nas ações públicas.

⁵ Para classificação, propomos analisar apenas municípios com até 50000 habitantes. Esse critério/recorte é instrumento escolhido aleatoriamente para a nossa análise.



Partindo disso, tentamos levantar um padrão de mensuração dos processos associativos em pequenos municípios, entendendo o papel dessas entidades na promoção da participação política para além dos pleitos eleitorais. Tal fórmula de mensuração tenta agregar tanto o quantitativo de associados nas entidades em relação à população total do município quanto o índice participativo desses filiados dentro das associações.

Além disso, trazemos em nossa análise algumas indagações que emergem da reflexão sobre a avaliação das possibilidades de uma convergência em democracia digital no contexto de municípios de pequeno porte da região nordeste brasileira:

- a) a atual estrutura de base para a participação política: organização da sociedade civil em sindicatos e outras organizações de caráter político/social;
- b) a atual estrutura de base para acesso a internet: formas de acesso, locais de acesso, quantidade de cidadãos com acesso domiciliar a internet, no âmbito do município;
- c) mecanismos de participação oferecidos pelo poder público municipal, notadamente o Executivo.

Avaliando quais os itens de participação, as possibilidades de acesso e a conjuntura dos mecanismos existentes (itens “a”, “b” e “c”); propomos elaborar um resultado-panorama das possibilidades de uma convergência para a participação na esfera política pelos cidadãos dos pequenos municípios do nordeste, através dos *web sites* governamentais.

4 OS INDICADORES DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE

Na tentativa de desenvolvimento do objeto de nossas reflexões, apresentamos a seguir alguns dados sobre a atual conjuntura de estrutura às quais tem disponibilidade os cidadãos dos pequenos municípios do Nordeste brasileiro, baseando principalmente em dados fornecidos pela pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros” (IBGE, 2009), além de outros indicadores (IBGE, 2003; CETIC, 2009; CGI.Br, 2010).



O Centro Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br), afirma que:

De acordo com os resultados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2010, a principal forma de acesso aos serviços públicos é a presencial, com a preferência de atendimento presencial por 60% de indivíduos. No entanto, quando o cidadão utiliza a tecnologia como mediadora do acesso aos serviços públicos, 35% citaram a Internet como principal forma de obtenção de algum serviço público, superando o telefone, com 8% dos entrevistados (CGI, 2010).

Contudo, os dados apresentados pelo CGI.Br, refletem um contexto a nível nacional e, sendo assim, sabemos que esses dados não são representativos para análise recortada do contexto ao qual nos propomos a analisar neste trabalho. Exemplo: comparando esse dado do CGI.Br com o dado do CETIC que nos apresenta que a região Nordeste, assim como a região Norte, apresenta apenas 10% dos seus respectivos domicílios com acesso a internet, enquanto a região Sudeste, apresenta 33% dos seus domicílios com acesso à internet, podemos supor a existência de uma maior tendência à utilização da internet para o acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos da região Sudeste. Contudo, esta análise é apenas conjectural, necessitando de uma análise mais detida dos dados, além de pesquisas específicas sobre o tema, já que consideramos em nosso trabalho que, sociedade mais participativas nas esferas da sociedade civil, tendem a participar mais nos contextos de democracia digital⁶.

A seguir apresentamos alguns dados para a composição de nossa análise sobre o quadro conjuntural dos pequenos municípios da região Nordeste.

4.1 Do papel das instituições da sociedade civil nos municípios estudados

A região Nordeste brasileira, contava em 1988 com 28% dos sindicatos brasileiros, com queda para 27% em 1989 e 1990, e outra queda em 1991 para 26%, permanecendo assim em 1992. Os últimos dados que nos fornece o IBGE, são referentes ao ano 2001, em que os sindicatos nordestinos representavam 26% dos sindicatos brasileiros.

A taxa de crescimento do número de sindicatos na região nordeste brasileira opera com indicadores positivos, contudo, em análise do período correspondente aos anos entre 1988 e 2001, os índices de crescimento dos sindicatos na região nordeste não superam a média dos índices de crescimento em esfera nacional, conforme tabela 1:

⁶ Conforme analisado e explicitado na nota 4.



Tabela 1: Média de crescimento dos Sindicatos Brasil e Nordeste

Sindicatos	Taxas médias anuais de crescimento (%)	
	1988 – 1992	1992 - 2001
Brasil	5,3	4,0
Nordeste	3,1	4,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2003).

4.2 Da informatização nos municípios

Outro índice importante aqui mensurado são as possibilidades de acesso a internet pela população dos municípios nordestinos. Para isso, temos um estudo do IBGE (2009), que nos traz dados sobre a informatização dos municípios de pequeno porte.

Conforme tabela 2, podemos perceber que, somente no escopo dos municípios com população entre 20.001 e 50.000 habitantes, em todos os municípios, foi constatada a existência de computadores. E que, ainda dentro do escopo desses municípios maiores, há um número significativo destes que não há existência de acesso a internet.

Tabela 2: Municípios da região Nordeste, total e com existência de computadores, computadores ligados à internet e tipo de acesso à internet segundo as classes de tamanho da população dos municípios

Classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total de municípios	Com existência de computadores				
		Total	Ligados em rede	Com acesso à internet e forma de acesso		
				Total	Discada	Banda Larga
Nordeste	1 794	1 790	1 421	1 770	101	1 669
Até 5 000	225	224	153	220	15	205
De 5 001 a 10 000	392	391	291	385	27	358
De 10 001 a 20 000	580	579	476	572	38	534
De 20 001 a 50 000	432	432	362	429	18	411

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009)

Como exposto na tabela acima, dentre os 432 municípios nordestinos com população de 20.001 a 50.000 habitantes, há três municípios que não possuem acesso a internet. Esse número aumenta para oito entre os municípios com população entre 10.001 a 20.000 habitantes.



Partindo para as formas de acesso, há um número significativo de cidades que possuem acesso à internet discada, conforme a tabela acima. Tal conjuntura, conforme apresentada pela tabela 2, nos apresenta que a estrutura de que dispõe o cidadão para participar, ainda que haja uma estrutura de democracia digital é muito pequena, pois apenas uma pequena quantidade de cidadãos tem acesso à internet, seja a fim de participar politicamente ou mesmo buscar informações.

Diante deste quadro, já que propomos que a democratização dos recursos de informática pressupõe a democracia digital, acrescentamos que esse é um espaço no qual deve ativamente atuar políticas públicas, tanto a nível federal, estadual e até mesmo municipal. A gestão pública municipal deve concentrar seu foco de ação até mesmo na própria informatização dos seus órgãos.

4.3 Da oferta de mecanismos de participação e transparência pelo poder público municipal

Pensando que é importante mensurar a disponibilização de outros mecanismos de participação e transparência ofertados pelos municípios, especialmente à esfera do Executivo municipal, trazemos dados à nossa análise dados referentes à existência desses mecanismos, incluindo a internet, fazendo uma análise comparativa entre os índices de utilização destes mecanismos.

O IBGE nos traz alguns dados referentes ao ano de 2009, com relação à oferta de mecanismos de contato do poder público com o cidadão, oferecidos pelos executivos municipais. Dentre os mecanismos pesquisados pelo IBGE, encontram-se os mecanismos mais convencionais de acesso – mecanismos de mais fácil acesso à população – a exemplo de correio, telefone, jornais, incluindo também outros menos difundidos como o fax e até mesmo a internet, conforme tabela 3.



Tabela 3: Municípios da região Nordeste, total e com existência de serviços de atendimento ao público à distância, com indicação de alguns meios utilizados para o contato com o público na região nordeste segundo as classes de tamanho da população dos municípios

Classe de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com serviços de atendimento ao público à distância							
		Total	Alguns meios de comunicação utilizados para contato com o público						
			Correio	Fax	Jornais	Internet	Telefone	Telefone exclusivo	Outros
Até 5000	225	194	132	132	24	138	162	5	6
De 5001 a 10000	392	353	233	267	43	255	311	16	13
De 10001 a 20000	580	541	380	413	103	415	466	51	33
De 20001 a 50000	432	414	282	324	104	311	375	47	28

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Como podemos analisar a utilização da internet, levando em consideração todas as suas possibilidades de utilização, é muito baixa, sendo utilizada, praticamente na mesma quantidade que “meios frios”⁷ de comunicação, como o fax e telefone.

Percebemos ainda que, a utilização pelos Executivos municipais de mecanismos de atendimento ao público à distância, ainda é baixa. Tal fato se configura de forma que, em 30 municípios de até 5000 habitantes, não há nenhum dos serviços para a comunicação entre o cidadãos representados e o Executivo municipal. Esse número aumenta para 39 entre os municípios com população entre 5001 e 10000 habitantes e entre os municípios com população entre 10001 e 20000 habitantes, sendo menor apenas no grupo de municípios entre 20001 e 50000 habitantes, em que, 18 municípios não disponibilizam nenhum dos serviços. Ou seja, não há uma estrutura consolidada para a relação entre cidadãos representados e cidadãos representantes na esfera municipal dos pequenos municípios da região Nordeste brasileira.

⁷ Referência aos conceitos “meios frios” e “meios quentes” de comunicação, elaborados por Mc Luhan, 2006.



4.4 Da oferta de locais de acesso público aos serviços disponibilizados na página da internet

Devido à atual conjuntura em que se encontra a região Nordeste, em que apenas 10% dos domicílios têm acesso à internet, é importante que, a gestão municipal disponibilize locais públicos de acesso aos serviços disponibilizados na páginas na *web* pelos seus respectivos órgãos públicos e de órgãos públicos a níveis estaduais e federais.

O IBGE nos fornece os indicadores dos pequenos municípios que disponibilizam ao público locais de acesso aos serviços disponíveis em páginas na internet:

Tabela 4: Municípios da região Nordeste, total e que garantem o acesso público dos serviços disponibilizados em página na Internet, por meio utilizado, segundo as classes de tamanho da população dos municípios

Classe de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Que garantem o acesso público dos serviços disponibilizados em página na Internet			
		Total	Meio utilizado		
			Quiosque ou balcão informatizado em locais de grande circulação de público	Instalações Públicas Governamentais	Outros
Até 5000	225	29	2	20	4
De 5001 a 1000	392	49	4	30	19
De 10001 a 20000	580	130	18	90	34
De 20001 a 50000	432	147	20	104	41

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009)

A pequena quantidade de espaços de acessos demonstra a pouca preocupação que as entidades governamentais municipais têm em tornarem-se acessíveis. Além disso, a pequena quantidade desses espaços pode nos remeter a que, as instituições públicas municipais não ofertem tantos serviços através dos seus *web sites*, fazendo com que os cidadãos precisem procurar diretamente as instituições para solucionar problemas ou mesmo tirar dúvidas e se informar. Esse acesso ao cidadão deve ser ainda mais difícil quando é algum serviço a nível estadual ou federal, pois, nesses casos, os cidadãos necessitam recorrer a municípios maiores para se ter acesso aos serviços.



4.5 Da democratização da internet

Apresentamos a seguir informações sobre incentivos à democratização da internet, nos municípios da região nordeste do Brasil. Nosso recorte sobre esses índices são feitos considerando se pequenos municípios da região nordeste com políticas de inclusão digital.

As políticas de inclusão digital nos moldes da apresentada na tabela 5 aparecem como políticas “paliativas” já que não disponibilizam o acesso à internet de forma integral aos cidadãos. Tal modelo de política de inclusão digital condiciona o acesso ao cidadão no tempo e no espaço. Tomemos como exemplo um cidadão comum, que não possui o serviço de acesso em sua residência, e para que possa obter tal acesso busca um “telecentro/infocentro”⁸ que pode localizar se próximo ou distante de sua residência.

Um infocentro tende a ser instalado em regiões onde há déficits de acesso a internet nas residências. Conforme definição de “telecentro” elaborada pelo CETIC/CGI (2009), o acesso à internet no telecentro é por tempo determinado. Além disso esses locais tem um horário fixo de funcionamento, ou seja, o cidadão não pode dispor desse tipo de serviço todo o tempo, além de necessitar de deslocar-se para ter acesso à internet, o que “encarece” o custo da informação. O cidadão comum, pode não ter disposição para ir a um infocentro ler uma notícia ou interagir através da internet se pode com menos custo, se informar através da televisão, muito mais popular no Brasil, mas que não oferece um espaço de interação.

⁸ “Os Telecentros, muitas vezes também chamados de infocentros, são locais de acesso à Internet e de utilização de outros recursos de informática. Abertos a uma comunidade local, oferecem cursos e, principalmente, uso livre dos equipamentos por um tempo determinado, em geral com orientadores para possíveis auxílios ao usuário. São espaços de uso coletivo e, dependendo do grau de apropriação pela comunidade, podem inclusive abrigar projetos coletivos desenvolvidos a partir das TICs. Assim, a utilização do espaço relaciona-se com serviços, lazer, capacitação profissional, educação, política, saúde, produção cultural, comunicação e demais áreas, já que consiste em uma ferramenta de acesso e de produção de informação e conhecimento. A manutenção do espaço e dos equipamentos pode estar a cargo de um projeto público ou privado, ou mesmo da própria comunidade.” (CETIC, CGI, 2009).



Tabela 5: Municípios da região Nordeste, total e com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementadas por essa política na região segundo classes de tamanho da população dos municípios

Classe de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com política ou plano de inclusão digital				
		Total	Projetos ou ações implementadas por essa política ou plano			
			Municípios com criação de telecentros por iniciativa da prefeitura	Computadores com acesso disponibilizados para uso do público	Computadores na rede municipal de ensino com acesso à internet para alunos e professores	Outros
Até 5000	225	177	153	72	99	2
De 5001 a 1000	392	329	279	115	213	18
De 10001 a 20000	580	495	420	200	337	30
De 20001 a 50000	432	389	323	163	295	27

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009).

Apesar de um número considerável de telecentros criados por iniciativa da prefeitura, temos uma situação difícil nas escolas públicas municipais. Um número pequeno de escolas públicas têm computadores com acesso à internet, mesmo se considerando os municípios com política de inclusão digital. A situação nesse caso agrava-se entre os municípios com população de até 5000 habitantes, em que, em apenas 44% municípios há computadores com acesso a internet para alunos e professores na rede municipal de ensino. Dos municípios com população de até 5000 habitantes e que têm políticas de inclusão digital, apenas 55,9% dos municípios têm escolas municipais com acesso à internet para alunos e professores.

Avaliamos nesse amplo conjunto de variáveis acima expostas que, a atual conjuntura para a participação política na região Nordeste brasileira é pequena, e também é incipiente a democratização da internet. Sendo assim, a existência de poucos espaços participativos, de transparência e de informação governamental, associado ao grande déficit de acesso residencial à rede mundial de computadores distancia a atual conjuntura de uma realidade de democracia digital⁹.

⁹ Tal realidade contudo, não se enquadra enquanto um “caos”, já que políticas específicas podem de imediato amenizar o problema e a médio prazo, promover a existência de um contexto de democracia digital.

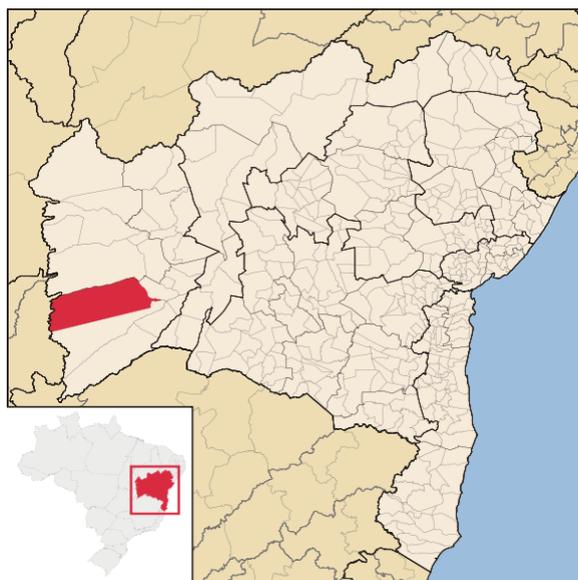


5 DA ANÁLISE MAIS RESTRITA

Afim de uma análise mais detalhada das relações entre sociedade civil e esfera governamental nos pequenos municípios da região Nordeste brasileira, fizemos uma análise tendo como amostra duas instituições sindicais no município de Correntina-Bahia.

5.1 Correntina-Bahia

Correntina é um município do interior da Bahia, localizado na região oeste do estado. É conhecido por suas belezas naturais. Foi um território povoado por garimpeiros, padres, fazendeiros, e por muitos, que até por acaso, por ali passaram um dia e voltaram outra vez, ali decididos a morar. Têm-se registros históricos de seu povoamento do ano de 1700 quando o garimpeiro Bartolomeu Bueno da Silva Dias Moreira teria visitado a região. O núcleo central que antes era um povoado agora cresceu, tornou-se cidade, a partir de decreto de Lei Federal nº 311, de 2 de março de 1938, assinado por Getúlio Vargas, autorizando que os estados fizessem as divisões territoriais, e hierarquicamente, pelo decreto estadual 10.724, assinado pelo interventor federal Landulpho Alves, forma-se o município de Correntina, no estado da Bahia, em 30 de maio de 1938. A população estimada do município, quando do último levantamento em 2010, era de 31.225 habitantes, estando estes distribuídos quase que igualmente entre a zona urbana e a zona rural do município.



Mapa de Localização: Bahia no Brasil, e Correntina no estado da Bahia.



A política local, até então baseada no clientelismo, “voto de cabresto”, agora possui um acesso maior à informação política com duas rádios locais e um jornal de circulação na cidade. Contudo, esse aumento no acesso, se dá mais no campo informacional, e muito pouco no campo participativo do cidadão correntinense.

O acesso ao representante não é tão fácil quanto nas épocas passadas. Hoje as relações interpessoais estão entrecortadas. Apesar de a linhagem política e os quadros burocráticos do Executivo terem pouco se renovado, o acesso dos representantes aos representados se dá de forma indireta. Acreditamos ter encontrado em Correntina o perfil mediano dos pequenos municípios nordestinos aqui analisados.

Ainda que haja grande número de instituições (associações, sindicatos, etc.) que envolvem uma alta porcentagem de associados, há um baixo índice de democratização da internet e os mecanismos de participação e transparência oferecidos pelo poder público municipal ainda são muito precários.

Tomemos por exemplo, a disponibilização das contas públicas para acesso ao cidadão, no caso de Correntina, em que, assim como ocorre em outros municípios, tal disponibilidade se dá numa estrutura que dificulta o acesso por parte do cidadão representado, ou de representantes de entidades da sociedade civil. As contas públicas, que apenas durante um restrito período do ano ficam disponibilizadas, estão normalmente “disponíveis” em uma das salas da prefeitura, na qual chegam a faltar cadeiras e mesas. Em condições de fácil acesso, já tende a ser baixa a informação e o interesse dos cidadãos representados sobre os temas da administração pública, mas difícil se torna o acesso nessas condições, em que se torna mais “caro” o custo da informação.

Também devemos considerar que, essas mesmas contas públicas, organizadas em tabelas impressas, chegam a ser de difícil compreensão até mesmo para os componentes da equipe governamental e ao corpo Legislativo. Tanto mais será ao cidadão de perfil mediano que possa se interessar em buscar conhecer essas informações.



Diante de tal contexto, não temos como nos aproximar de uma visão cyberotimista¹⁰, pois somente a democratização das tecnologias de informação e participação não se configurará enquanto único elemento para a democratização da participação e transparência política através dos *web sites* dos Executivos municipais.

Além disso, o baixo índice de relação entre o poder público municipal (Executivo e Legislativo) e as organizações da sociedade civil impedem a efetivação de uma relação participativa e de transparência que gere resultados efetivos. A baixa abertura dos poderes públicos à participação e à transparência também cristaliza-se como um problema. Sendo assim, há muitas lacunas a serem corrigidas antes da implantação de um modelo de democracia digital.

5.2 Do papel das instituições da sociedade civil no município de Correntina

Numa análise mais detalhada com um pré-teste de algumas variáveis em Correntina-Bahia, elegemos dois sindicatos de grande relevância no município: o Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Correntina (STR) e o Sindicato dos Trabalhadores (as) em Educação em Correntina-Bahia (SINDTEC).

O STR situa-se no centro da cidade de Correntina, tendo mais de 5000 membros, sendo que destes, 22 ocupam cargos de direção no sindicato. As assembleias com pretensão de agregar todo o corpo de membros têm periodicidade média de quatro vezes ao ano, tendo uma participação média que varia entre 100 a 200 membros. É o sindicato mais antigo atualmente em atuação no município, datando sua criação de janeiro de 1980.

O SINDTEC, também situado na região central da cidade, conta com 420 membros, tendo em média duas assembleias gerais por ano, sendo o coeficiente médio de participação dos associados de 30%. O sindicato foi fundado em agosto de 2008.

¹⁰ Bezerra (2008, p. 415) os denomina de “cyberotimistas rousseaunianos”, definindo-os enquanto aqueles estudiosos do tema da democracia digital que acreditam “que as novas TICs constituem um surpreendente caminho para os novos padrões de interação em ambientes democráticos”. Aos que se posicionam contrariamente a essa concepção, Bezerra os denomina de “cyberpessimistas schumpeterianos”.



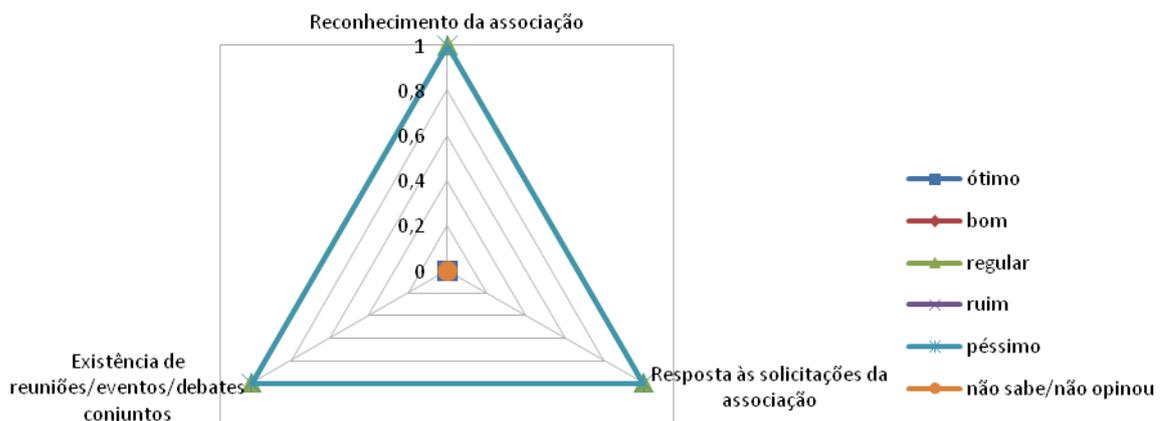
5.3 Da relação dos organismos da sociedade civil com o Executivo e o Legislativo correntinense

Alguns outros dados parecem-nos também interessante elencar. Tentamos em nossa análise mensurar, a partir dos dois sindicatos supracitados a avaliação que faziam da sua relação com os órgãos públicos (Executivo e Legislativo) municipais. Apresentamos a seguir a avaliação feita pelas entidades da sociedade civil.

Aqui foi aplicado um questionário com alguma liderança de duas importantes entidades sindicais sobre a avaliação que faziam do reconhecimento da entidade por parte dos órgãos públicos municipais, como as entidades avaliam a resposta dos órgãos públicos às suas solicitações e a avaliação das reuniões, dos eventos e debates conjuntos existentes em qualquer momento no tempo.

No caso da Prefeitura Municipal de Correntina, as entidades da sociedade civil avaliaram como regular e péssimo, tanto no que tange ao reconhecimento da associação por parte do Executivo municipal quanto às respostas às solicitações das unidades sindicais e a existência e qualidade das reuniões, eventos e debates entre a entidade sindical e a Prefeitura Municipal, conforme gráfico 1.

Gráfico 1: Avaliação das entidades da sociedade civil de sua relação com a Prefeitura Municipal de Correntina-Bahia



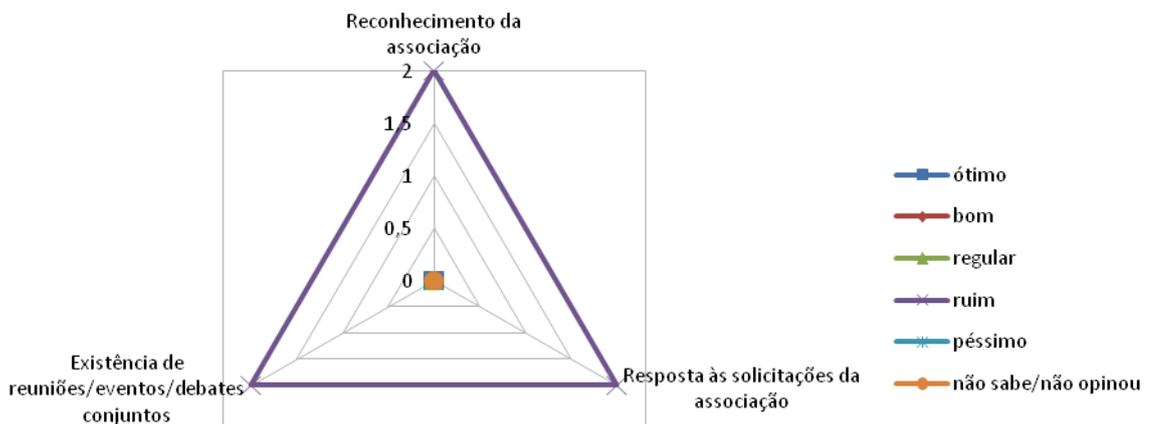
Fonte: Elaboração própria

No caso da avaliação feita sobre a Câmara Municipal de Vereadores de Correntina-Bahia, as duas entidades consultadas se posicionaram de forma igual, classificando como ruim o reconhecimento da associação pelo Legislativo municipal,



e o atendimento/resposta às respostas às solicitações das unidades sindicais e até mesmo a existência e a qualidade das reuniões, eventos e debates entre a entidade sindical e a Câmara Municipal, conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Avaliação das entidades da sociedade civil de sua relação com a Câmara Municipal de Vereadores de Correntina-Bahia



Fonte: Elaboração própria

Ainda que nossa análise nesse foco mais restrito em Correntina-Bahia não seja representativa de toda a realidade dos pequenos municípios brasileiros¹¹, acreditamos ser importante elencar alguns dados preliminares neste trabalho.

Os dados acima expostos apontam para o baixo índice de diálogo entre as entidades da sociedade civil e os órgãos públicos (Legislativo e Executivo) municipais, no caso de Correntina-Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações apresentadas, podemos considerar que elencamos aqui alguns importantes elementos para a compreensão do atual contexto das possibilidades de democracia digital em pequenos municípios do nordeste brasileiro.

¹¹ Outras falhas podem aparentemente – ou realmente – terem sido cometidas. A exemplo, podemos analisar que é uma visão parcialista entrevistar somente as entidades da sociedade civil, e ainda, somente duas entidades, contudo, o que propomos é analisar enquanto no caso Correntina-Bahia, os órgãos públicos municipais têm aberto as suas portas para o diálogo e a participação. Apresentamos antes alguns mecanismos existentes, em números, sendo assim buscamos uma outra visão sobre o tema, a dos cidadãos representados. Quanto ao número das entidades entrevistadas, encontramos essas duas instituições com maior número de filiações no município, além de serem as mais consolidadas.

Podemos perceber que, além de um déficit teórico sobre o escopo do tema (pequenos municípios), encontramos ainda dificuldade estruturais (mecanismos de acesso / formas e possibilidades de acesso à internet), além do déficit dos mecanismos de participação a nível dos pequenos municípios da região Nordeste brasileira.

Na análise mais restrita sobre o caso de Correntina-Bahia percebemos um alto índice de associações aos sindicatos, porém, encontramos também um baixo índice de participação desses filiados nas assembleias gerais. No caso da relação entre as entidades, percebemos que o diálogo entre as instituições da sociedade civil e os órgãos públicos municipais têm sido incipientes e não tem se estabelecido uma relação frutífera na visão dos sindicatos entrevistados.

O intuito de apresentar tal realidade não é, contudo o de desconstruir as possibilidades de existência da democracia digital em pequenos municípios, mas, assim como há pequenos focos de bons exemplos de implantação de mecanismos de democracia digital, este torna se um quadro possível de ser melhorado. Aqui entram as políticas públicas.

Temos aqui elencado alguns dos principais problemas para a existência de uma conjuntura de democracia digital na região Nordeste do Brasil. Os focos de atenção que aqui indicamos, devem ser alvos de políticas públicas específicas, afim da construção de conjunturas de democracia digital e um modelo de implantação, no qual devem se articular conjuntamente municípios, estados e União.



7 REFERÊNCIAS

AVELAR, L. A relação Estado/sociedade, a participação política e os atores. In: AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (orgs.) **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. [2.ed.]. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 279-301.

AVRITZER, L. Reforma política e participação no Brasil. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

_____. Esfera Pública. In: AVRITZER, *et al* (orgs.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BEZERRA, H. D., *et al*. Democracia digital e participação política no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7., 2010, Recife. **Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Recife: Associação Brasileira de Ciência Política, 2010. Disponível em:http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/12_7_2010_14_48_0.pdf

BEZERRA, H. D. Atores políticos, informação e democracia. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 2, Nov. 2008, p.414-431.

BRAGA, S. Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 13, n. 1, Jun. 2007, p. 1-50.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos Municípios Brasileiros, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acessado em: 10 de novembro de 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política, 2001. Acessado em: 10 de novembro de 2010.



CDI. Comitê para Democratização da Informática. Disponível em: www.cdi.org.br . Acessado em: 19 de novembro de 2010.

CETIC. Centro de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação. Pesquisa TIC de domicílios. 2009. Disponível em: www.cetic.gov.br . Acessado em: 02 de novembro de 2010.

CGI. Centro Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da comunicação e da informação no Brasil. 2009. Disponível em: www.cgi.br . Acessado em: 05 de novembro de 2010.

FARIA, C. F. Plebiscito e *Referendum*. In: AVRITZER, L., ANASTASIA, F. (orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FLEURY, S. Iniciativa Popular. In: AVRITZER, L., ANASTASIA, F. (orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ci. Inf.**, Brasília, vol. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

GOMES, W., 2005. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005.

MC LUHAN. M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Décio Pignatari (trad.). São Paulo: Cultrix, 2006.

MIRANDA, A. F. Tradicionalismo e modernização em Correntina, no contexto do além São Francisco. **Dissertação de Mestrado. IFCH-UFG**. Orientadora: Dra. Gilka V. F. Salles. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1994. 276 p.

MOURA, J. T. V. & SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.

NEZ, H., 2008. Democracia participativa e inclusão sócio-política: as experiências de Bobigny (França) e Barreiro (Belo Horizonte, Brasil). Artigo disponível em: <http://www.democraciaparticipativa.org>. Acessado em 13 de setembro de 2010.



OLIVEIRA, G. G. O Ambiente Urbano em Pequenas Cidades na Era da Globalização: um estudo de caso da cidade de Riacho de Santana-Bahia. Itapetinga - BA: UESB, 2007 (Monografia – Especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

<http://www.webartigos.com/articles/16250/1/O-AMBIENTE-URBANO-EM-PEQUENAS-CIDADES-NA-ERA-DA-GLOBALIZACAO-UM-ESTUDO-DE-CASO-DA-CIDADE-DE-RIACHO-DE-SANTANA-BA/pagina1.html> . Acesso em 13 de setembro de 2010.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9-63.

SILVA, J. S. Norte e Sudeste: diferenças estruturais e reflexos na democracia eletrônica. Trabalho a ser apresentado no **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR** Disponível em:

http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Joscimar_Souza_Silva_2.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2011.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. Opinião Pública. Campinas, vol. 11, n. 2, Out., 2005, p. 450-468.

AUTORIA

Joscimar Souza Silva – Graduando em Ciências Sociais pela FCS / UFG.

Endereço eletrônico: joscimar144@gmail.com



DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: MEIO DE PROMOÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E CO-CRIAÇÃO

Izabela França Rodrigues



DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: MEIO DE PROMOÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E CO-CRIAÇÃO

Izabela França Rodrigues

RESUMO

O advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o aumento da sua utilização em nível mundial têm propiciado o alargamento dos debates em torno das interações promovidas por essas tecnologias. Essa revolução possibilitou a criação de novas formas de comunicação, que interferem cada vez mais sociedade, caracterizando assim, uma sociedade em rede. Essa sociedade em rede produz novas demandas ao setor público, buscando aprimorar as interações com o Estado. Um dos aspectos de utilização das tecnologias de informação e comunicação é a disponibilização dos dados da administração pública em formato aberto, que é um meio de promover a transparência, controle e co-criação. O estudo visa analisar os movimentos de Governo Aberto existentes, bem como identificar as suas principais características. Além de fomentar debates e reflexões a respeito da utilização das tecnologias de informação e comunicação pelo poder público.

Palavras-chave: Governo Aberto. Dados Abertos Governamentais. Tecnologias de Informação e Comunicação. Transparência. Gestão do Conhecimento. Co-criação.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página Inicial Meu Combustível.....	11
Figura 2 – Página Inicial SACSP.....	12
Figura 3 – Apps for Development.....	12
Figura 4 – Página Inicial do Portal DadosGOV COI-PR.....	15
Figura 5 – Página Inicial do Portal de Governo Aberto do Estado de São Paulo.....	17
Figura 6 – Página Inicial do Portal Open Data do Banco Mundial.....	18
Figura 7 – Página inicial do Portal Data.gov do governo americano.....	20
Figura 8 – Página Inicial do Portal Data.gov.uk do Governo do Reino Unido.....	22
Figura 9 – Página Inicial do Portal Data.australia. gov.au do Governo Australiano.....	23
Figura 10 – Página Inicial do Portal Data.govt.nz Governo Neozelandês.....	24
Figura 11 – Página Inicial do Portal Data.vancouver.ca do Governo Canadense.....	25
Figura 12 – Página Inicial do Portal Data.edmonton.ca do Governo Canadense.....	26



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 O QUE É GOVERNO ABERTO.....	5
2.1 Transparência.....	7
2.2 Gestão do Conhecimento.....	9
2.3 Co-criação.....	10
2.4 Padrões W3C.....	13
3 BENCHMARKING DE GOVERNO ABERTO.....	15
3.1 Governo Federal.....	15
3.2 Governo de São Paulo.....	17
3.3 Banco Mundial.....	18
3.4 Governo Americano.....	20
3.5 Governo do Reino Unido.....	22
3.6 Governo Australiano.....	23
3.7 Governo Neozelandês.....	24
3.8 Governo Canadense – Cidade de Vancouver.....	25
3.9 Governo Canadense – Cidade de Edmonton.....	26
4 ROTEIRO PARA ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS.....	27
4.1 Plano de Governo Aberto Norte-Americano.....	27
4.2 Plano de Governo Aberto do Grupo de Trabalho INDA.....	28
5 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	34
ANEXO A – Regras para Utilização dos Serviços do Governo Aberto SP.....	34



1 INTRODUÇÃO

O advento das tecnologias da informação e comunicação¹ (TIC) e o aumento da sua utilização em nível mundial têm propiciado o alargamento dos debates em torno das interações promovidas por essas tecnologias, uma vez que, “a tecnologia (ou a sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico” (CASTELLS, 2003, p. 44). Segundo esse mesmo autor, essa revolução tecnológica, que vem ocorrendo desde a década de 90, possibilitou a criação de novas formas de comunicação, que interferem cada vez mais sociedade, caracterizando assim, uma sociedade em rede.

Segundo Medeiros e Guimarães (2004), a “sociedade em rede”, fruto do desenvolvimento tecnológico, produz constantemente novas demandas ao setor público, buscando aprimorar as interações com o Estado. Ferguson (2002) afirma que a “difusão da nova tecnologia no cotidiano do cidadão moderno está forçando os governos a utilizá-la em todos os aspectos possíveis de atendimento e administração pública” (FERGUSON, 2002, p. 103).

E um dos aspectos de utilização das tecnologias de informação e comunicação é a disponibilização dos dados da administração pública em formato aberto. Tal processo é chamado de Governo Aberto e é entendido como a “disponibilização, através da internet, de informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade. É parte integrante do conceito que, à sociedade, seja garantido acesso aos dados primários, de forma que o interessado possa combiná-los, cruzá-los e, enfim, produzir novas informações e aplicações, colaborando com o governo na geração de conhecimento social a partir das bases governamentais” (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 3).

O presente estudo visa analisar os movimentos de Governo Aberto existentes no mundo, bem como identificar as suas principais características. Além de fomentar debates e reflexões a respeito da utilização das tecnologias de informação e comunicação pelo poder público.

¹ Segundo Castells (2003) as tecnologias de informação e comunicação são um conjunto convergente de “tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica”, incluindo também a engenharia genética (CASTELLS, 2003, p. 65).



O trabalho está estruturado em 4 (quatro) capítulos, sendo que este primeiro introduz o tema a ser desenvolvido. No capítulo seguinte será apresentado o conceito de Governo Aberto e elucidadas suas características de transparência, gestão do conhecimento, co-criação e padrões do W3C. No terceiro capítulo serão apresentadas algumas iniciativas de Governo Aberto já implementadas, objetivando procurar os melhores processos e conhecer as idéias inovadoras na área. No capítulo quarto são elencados dois roteiros de abertura de dados, e finalmente, no quinto capítulo serão apresentadas as conclusões obtidas.

2 O QUE É GOVERNO ABERTO

O Governo Aberto pode ser entendido como uma plataforma web que disponibiliza para download bases de dados dos órgãos do governo, em formato aberto, para que possam ser cruzadas, trabalhadas, sem necessidade de softwares proprietários. Nas palavras de Agune; Bolliger e Filho (2010):

O conceito denominado “governo aberto” é o da disponibilização, através da Internet, de informações e dados governamentais de domínio público para a livre utilização pela sociedade. É parte integrante do conceito que, à sociedade, seja garantido acesso aos dados primários, de forma que o interessado possa combiná-los, cruzá-los e, enfim, produzir novas informações e aplicações, colaborando com o governo na geração de conhecimento social a partir das bases governamentais. Este sistema segue o princípio que assegura o direito de acesso irrestrito aos documentos, dados e informações no âmbito da administração pública, salvo nas hipóteses de sigilo previstas na Constituição e legislação em vigor, e ainda ressalvadas as exceções disciplinadas por regulamentação específica do órgão ou entidade da administração pública. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 3).

Percebe-se desse modo, que a publicação de dados em formato aberto é o aspecto mais marcante do Governo Aberto. Segundo Diniz (2010) existe também uma preocupação operacional a respeito desses dados, uma vez que a “internet disponibiliza hoje muitos aplicativos e serviços que permitem misturar dados de vários aplicativos ou fontes de dados, produzindo novos significados para os dados utilizados” (DINIZ, 2010, p. 5). Na seção 2.4 será tratado especificamente dos padrões da W3C² de publicação desses dados.

² O Consórcio World Wide Web (W3C) é um consórcio internacional no qual organizações filiadas, uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a Web. A missão do W3C é: Conduzir a World Wide Web para que atinja todo seu potencial, desenvolvendo protocolos e diretrizes que garantam seu crescimento de longo prazo. (<http://www.w3c.br>).



O objetivo do Governo Aberto é transferir e compartilhar a base de dados de caráter público e não sigilosas, garantindo assim uma maior transparência do setor público, bem como fomentando a participação do cidadão, “tanto como usuário, como produtor e gerador de conhecimento e produtos de interesse da própria sociedade” (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 26). Esses autores listam como resultados obtidos com a divulgação de dados abertos governamentais:

- Permitir o controle social e oficial sobre a atuação adequada da administração, para dar exatidão às informações prestadas” (Gilmar Mendes Presidente do STF – Folha de São Paulo em 10/07/09)
- Possibilitar que empresas e organizações da sociedade possam utilizar as bases de dados para produção e compartilhamento de novos conhecimentos e de novos serviços.
- Permitir a melhoria da qualidade das informações e demandas por serviços e atuação do setor público, por meio do acesso aos dados do governo de forma transparente e sua utilização por diferentes segmentos da sociedade.
- Estimular formas de atuação participativas e colaborativas entre os setores público e privado.
- Estimular e promover inovações em governo, principalmente no seu relacionamento com a sociedade. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 14).

Muitos órgãos da administração pública estadual já disponibilizam na internet dados e informações, entretanto, muitas vezes esse acesso é fragmentado e parcial, o que dificulta para o cidadão analisar e trabalhar tais dados. A disponibilização do acervo de dados do governo permite que a própria sociedade civil produza conhecimento:

A sociedade civil, por sua vez, reúne hoje tecnologia, conhecimento e criatividade que, isolados do acervo de dados e informações detido pelas organizações públicas, desempenham um papel muito aquém do potencial gerador de inovação que representam. A geração de novos serviços e processos, em estreita ligação com as necessidades de seus consumidores, poderia ser grandemente potencializada por meio da disponibilização desse acervo de dados e informações por parte do poder público e adequado incentivo a sua utilização pelas organizações da sociedade civil. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 6).



Cabe ressaltar que a simples existência das tecnologias da informação e comunicação não garante que ocorra essa interação entre o governo e a sociedade. Deve existir esforços no sentido de promovê-la. Agune, Bolliger e Filho (2010) afirmam que “o foco não deve ser meramente lançado sobre a tecnologia da informação e comunicação, mas no seu uso combinado com a mudança organizacional e as novas práticas que visem a melhoria dos serviços públicos, dos processos democráticos e das políticas públicas. As tecnologias, por si só, não são suficientes para criar crescimento na nova economia do conhecimento, ao contrário, seu potencial está em como a sociedade decide integrar estas capacidades às suas estratégias econômicas e sociais” (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 5).

Nas próximas seções serão estudadas quatro perspectivas a respeito do Governo Aberto: a transparência, gestão do conhecimento, co-criação e os padrões W3C de publicação de dados.

2.1 Transparência

A transparência, segundo Tristão, é a “democratização do acesso às informações, em contraposição ao sigilo das mesmas” (TRISTÃO, 2002, p. 01). Teixeira completa o conceito nos seguintes termos:

Transparência é ter condição de acesso a todas as informações sobre como o governo trabalha. A transparência quer dizer que a administração pública funciona de uma maneira aberta, baseada em princípios éticos, e é capaz de ser questionada a qualquer momento, em função da facilidade que têm os cidadãos e outros interessados em acessar as informações. (TEIXEIRA, 2006, p. 36).

Entretanto, não basta disponibilizar o acesso a informação, ela deve ser sistematizada, organizada e clara para o entendimento do cidadão comum. Dessa forma, objetiva-se alcançar uma maior responsabilização dos agentes públicos e conseqüentemente, uma maior responsividade do poder público. Ferreira (2006) completa relacionando a democracia com a transparência:

[...] numa democracia, a convivência cotidiana entre o Estado e a sociedade civil necessita de transparência, de forma que o diálogo institucional entre ambos se baseie no acesso por parte dos cidadãos às informações e aos dados referentes às ações públicas estatais. (FERREIRA, 2006, p. 24).



Uma das maneiras de propiciar a transparência na gestão pública é a partir da internet. Diante disso, Vale (2006) considera que apesar da internet “não ser um canal universal de acesso, as ferramentas tradicionais são insuficientes na prática e culturalmente. Essa nova via, portanto, vem se tornando um importante mecanismo de publicação de informações acerca da gestão, principalmente por não se circunscrever a barreiras físicas de acesso presencial” (VALE, 2006, p. 43).

Percebe-se, portanto, que as tecnologias de informação e comunicação podem propiciar um aumento da eficácia e eficiência na transparência da gestão pública, podendo ser utilizadas para divulgação das ações públicas, para agilizar o processo decisório, para possibilitar informações integradas e disponíveis em toda a rede, e não apenas internamente (TEIXEIRA, 2006).

E uma das formas de propiciar a transparência governamental é através da publicação de dados abertos, uma vez que a população poderá produzir informações a partir deles:

[...] a adoção do sistema de governo aberto vem se tornando, a cada dia, uma demanda crescente em amplos setores da sociedade. O crescimento desta demanda faz parte também do clamor por maior transparência, que a sociedade exige das entidades públicas, principalmente em relação aos dados primários, de forma que o interessado possa combiná-los, cruzá-los e, enfim, produzir novas informações e aplicações, colaborando com o governo na geração de novos serviços e conhecimento social. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 26).

Para garantir a transparência, Diniz (2010) afirma que não cabem critérios de publicação ou não dos dados a serem divulgados. A restrição de publicação deve ser pautada somente na confidencialidade determinada por lei: “a seleção dos dados que serão disponibilizados é sempre uma questão eminentemente política. Esse passo está no nível estratégico de decisão. Não cabe nessas regras a definição de critérios de escolha de quais dados publicar. Vale ressaltar apenas que as informações do setor público estão sujeitas a determinadas leis e regulamentos que determinam o nível necessário de privacidade, confidencialidade e segurança a ser obedecido.” (DINIZ, 2010, p. 5).



2.2 Gestão do Conhecimento

Segundo Alves (2006) o fenômeno da globalização estimula as organizações a desenvolverem cada vez mais estratégias pra registrar e mapear o conhecimento de seus colaboradores, disponibilizando-o a todos quantos desenvolvem atividades similares. O autor traz como conceito de gestão do conhecimento o empregado pelo Gartner Group³:

[...] promove, com visão integrada, o gerenciamento e o compartilhamento de todo o ativo de informação possuído pela empresa. Esta informação pode estar em banco de dados, documentos, procedimentos, bem como em pessoas, através de suas experiências e habilidades.

Dessa forma, a partir da gestão do conhecimento as organizações “acumulam riqueza, partindo do conhecimento de seus colaboradores e que seu objetivo é tornar disponíveis grandes volumes de informação corporativa, compartilhando as melhores práticas e tecnologias, além de permitir a identificação e o mapeamento dos ativos de conhecimento e informações, tornando-os utilizáveis e úteis e os transformando em informação essencial ao desenvolvimento pessoal e coletivo” (ALVES, 2006, p. 2).

A implantação da gestão do conhecimento na área pública não é pura e simplesmente a publicação de informação on-line, é necessário também cada vez mais interação entre governo e cidadãos. Segundo Agune, Bolliger e Filho (2010):

Implantar gestão do conhecimento e inovação na área pública não significa apenas colocar os serviços públicos on-line e melhorar sua forma de acesso por parte dos cidadãos. Bem além disso, significa implementar um conjunto de processos, mediados pela tecnologia, que modifiquem as interações, internamente às organizações e em uma escala maior, entre os cidadãos, empresas e o governo em todas as suas esferas e poderes. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 5).

A interação entre governo e cidadãos é vital para a criação de novos serviços ou processos no setor público. Dessa forma, disponibilizar a base de dados governamental para livre acesso do cidadão, por meio de padrões abertos, permitirá:

- a promoção da transparência na gestão pública por meio do provimento de informações governamentais ao cidadão;

³ Gartner Group é uma empresa dos Estados Unidos que se dedica à consultoria de produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) e à análise de assuntos correlatos, cujos trabalhos são apresentados sob a forma de relatórios, prospecção, estudos de casos e boas práticas e visam subsidiar os clientes no uso de recursos de TI.



- o incentivo à criação de cultura voltada para a importância da inovação e da geração e compartilhamento de conhecimento e informação;
- o desenvolvimento de cultura colaborativa e inovadora com a geração e compartilhamento de conhecimento e informações entre governo e sociedade; e
- o aumento da velocidade e qualidade no compartilhamento de informações e conhecimentos para os cidadãos.” (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 9).

Diante disso, visando atender tais objetivos o governo do estado de São Paulo publicou o Decreto nº 53.963 que trata da Política de Gestão do Conhecimento e Inovação:

Nesse contexto, os objetivos estabelecidos de incentivar os órgãos da Administração Estadual para que adotem modelos organizacionais, metodologias de gestão e práticas que visem à eficácia e à eficiência das organizações públicas, com forte utilização de tecnologia da informação e comunicação, exigem a implementação de uma política para gestão do conhecimento e inovação, o que está sendo feita no governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 53.963, de 21/01/09. (AGUNE; BOLLIGER; FILHO, 2010, p. 5).

2.3 Co-criação

A co-criação é uma inovação realizada por agentes externos a produção dos dados que se engajam para produzir novas idéias. Segundo Muller (2010) a reutilização do conhecimento já existente por outros autores reduz os custos de aprendizagem e agrega valor aos resultados. Nas palavras do autor:

O movimento de acesso livre é irreversível. A disseminação do conhecimento é, e será cada vez mais, altamente estratégica a qualquer nação e seu povo, trazendo consigo a otimização logística e de recursos, físicos e humanos, além de benefícios sociais à população. Qualquer tipo de documentos produzidos, monografias, dissertações ou teses, livros, documentos técnicos e científicos, esquecidos em estantes não cumprem sua função social em toda sua potencialidade. Entende-se que a reutilização do conhecimento existente é, sem dúvida, uma maneira de se inspirar no que de bom existe, com o objetivo de queimar etapas na construção de um processo, reduzir tempo e custos de aprendizagem e agregar valor aos resultados. (MULLER, 2010, p. 16).

Dessa forma, a disponibilização de dados governamentais em formato aberto permite que os colaboradores utilizem a criatividade para criar formas diferentes de trabalhar com esses dados do que os próprios governos poderiam



fazer. No portal Data.gov do governo americano há uma página⁴ com vários aplicativos que já foram criados utilizando os dados disponibilizados no portal.

Entre as experiências brasileiras destaca-se o site <http://www.meucombustivel.com.br/>, que utiliza dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para auxiliar na escolha dos melhores preços dos postos de gasolina.

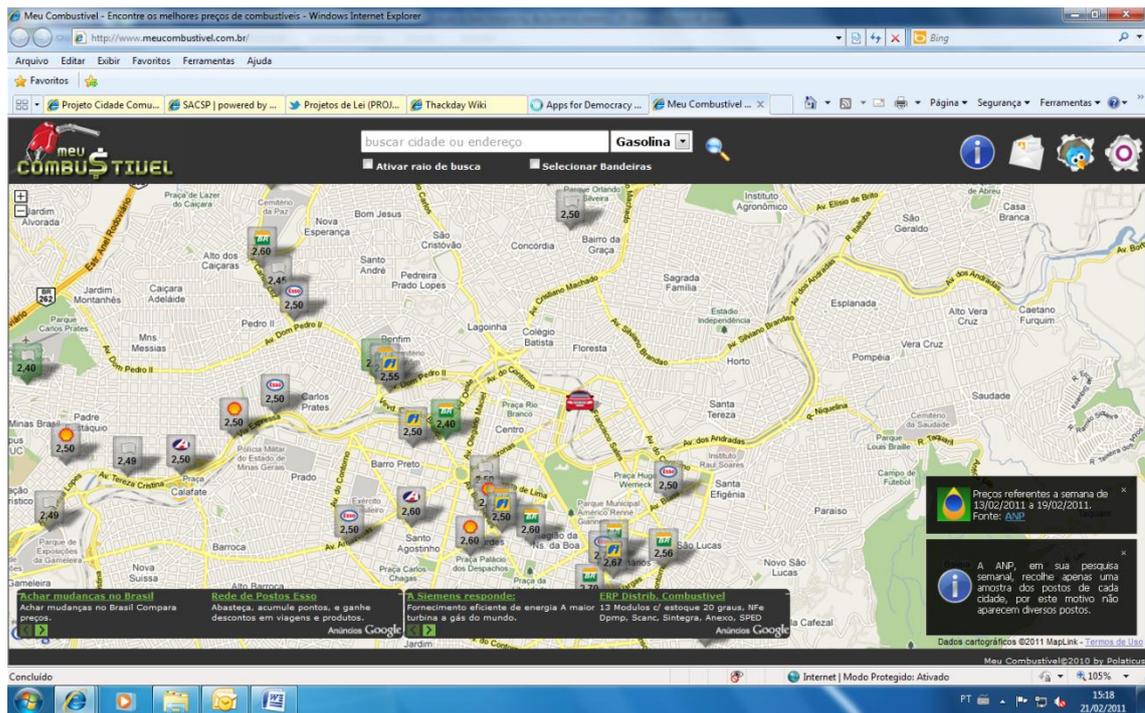


Figura 1 – Página Inicial Meu Combustível

Um outro exemplo é o SACSP, <http://sacsp.mamulti.com/>, um sistema de estatísticas e acompanhamento das reclamações de munícipes na cidade de São Paulo que utiliza dados fornecidos pela prefeitura.

⁴ <http://www.data.gov/developers/showcase>

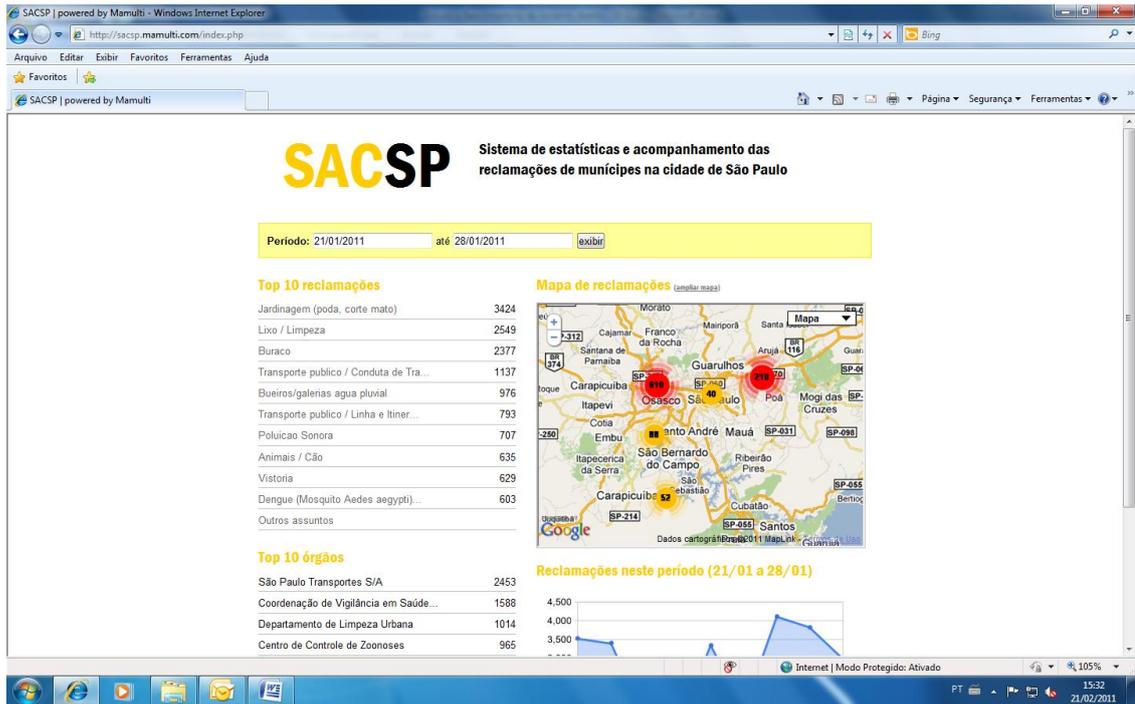


Figura 2 – Página Inicial SACSP

Em alguns casos esses colaboradores recebem algum tipo de benefício pela sua contribuição, como é o caso do concurso Apps for Development, realizado pelo Banco Mundial.



Figura 3 – Apps for Development

O Banco Mundial abriu esse concurso para escolher o melhor aplicativo criado a partir de seus dados que vise ajudar encontrar soluções para os desafios atuais de desenvolvimento. Até o dia 28.02.2011 cento e sete aplicativos estão em votação para concorrer a mais de quarenta e cinco mil dólares em prêmios. Foram criados uma gama de serviços que vão desde aplicativos para iPhone até jogos voltados para crianças.

2.4 Padrões W3C

O Consórcio World Wide Web (W3C) é um consórcio internacional no qual organizações filiadas, uma equipe em tempo integral e o público trabalham juntos para desenvolver padrões para a Web. Cumpre ao W3C conduzir a World Wide Web para que atinja todo seu potencial, desenvolvendo protocolos e diretrizes que garantam seu crescimento de longo prazo. Basicamente, o W3C cumpre sua missão com a criação de padrões e diretrizes para a Web. Desde 1994, o W3C publicou mais de 110 desses padrões, denominado Recomendações do W3C.

Entre essas recomendações o W3C traz uma série de considerações a respeito do Governo Aberto:

As três leis dos Dados Abertos Governamentais

1. Se o dado não pode ser encontrado e indexado na web, ele não existe.
2. Se não estiver aberto e em formato compreensível por máquina, ele não pode ser reaproveitado.
3. Se algum dispositivo legal não permitir sua reuplicação, ele não é útil.

Os Oito Princípios dos Dados Abertos Governamentais

1. Completos: Todos os dados públicos estão disponíveis. Dado público é o dado que não está sujeito a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso.
2. Primários: Os dados são apresentados tais como os coletados na fonte, com o maior nível de granularidade e sem agregação ou modificação.
3. Atuais: Os dados são disponibilizados tão rapidamente quanto necessário à preservação do seu valor.
4. Acessíveis: Os dados são disponibilizados para o maior alcance possível de usuários e para o maior conjunto possível de finalidades.
5. Compreensíveis por máquinas: Os dados são razoavelmente estruturados de modo a possibilitar processamento automatizado.
6. Não discriminatórios: Os dados são disponíveis para todos, sem exigência de requerimento ou cadastro.
7. Não proprietários: Os dados são disponíveis em formato sobre o qual nenhuma entidade detenha controle exclusivo.
8. Livres de licenças: Os dados não estão sujeitos a nenhuma restrição de direito autoral, patente, propriedade intelectual ou segredo industrial.



Restrições sensatas relacionadas à privacidade, segurança e privilégios de acesso devem ser permitidas.

(<http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>)

Diniz (2010) elenca ainda outras características dos dados publicados para garantir sua livre utilização pelos cidadãos:

- ser independente de plataformas tecnológicas basear-se em formatos padronizados. A garantia de evolução e contínua melhoria da representação dos dados está nas tecnologias sustentadas por organismos internacionais de padrões como W3C World Wide Web Consortium e ISO International Standardization Organization.
- os dados devem estar desvinculados das ferramentas, relatórios ou páginas web que os originaram o formato utilizado para representação dos dados deve preferencialmente permitir a manipulação destes por máquinas. No entanto, os dados deverão estar estruturados. Uma boa estruturação permite que terceiros possam fazer uso automatizado dos dados. Formatos que somente podem ser vistos, e não extraídos, não são úteis nesse contexto e devem ser evitados.
- cada conjunto de dados deverá possuir uma “descrição externa de si próprio (metadados) de tal forma que seja identificada a sua natureza, conheça-se a sua origem e qualidade e seja possível uma análise dos dados através de um conjunto de instruções legíveis por máquina que descreve os dados e suas relações.”
- sempre que possível, insira conteúdos semânticos no código da página web onde os dados estão disponíveis. Além de facilitar a leitura dos dados por outras máquinas, os mecanismos de buscas como Google ou Yahoo encontrarão os dados mais facilmente.
- se a opção de disponibilização de dados for por meio de uma interface de programação de aplicativos, separe os dados da interface.
- sempre que possível, crie URIs (Identificador Uniforme de Recursos) para cada objeto dos seus dados (por exemplo, equipamentos públicos, autoridades, órgãos). A URI é um padrão de codificação para fornecer uma representação numérica universal e sem ambigüidade para cada objeto de maneira independente da plataforma de software e do idioma. (DINIZ, 2010, p. 6).



3 BENCHMARKING DE GOVERNO ABERTO

O presente tópico visa realizar uma investigação de algumas iniciativas de Governo Aberto já implementadas, objetivando procurar os melhores processos e conhecer as idéias inovadoras na área. Essa análise será realizada levando em conta critérios de usabilidade, inovação, co-criação, atendimento aos padrões W3C e transparência.

Inicialmente será tratado o portal DadosGov COI-PR do governo federal que apresenta séries históricas fornecidas pelos órgãos setoriais. Em seguida será tratado o projeto de Governo Aberto do Estado de São Paulo, em seguida será estudada a abertura dos dados do Banco Mundial e do governo americano. Por fim, serão apresentadas outras experiências em governo aberto.

3.1 Governo Federal

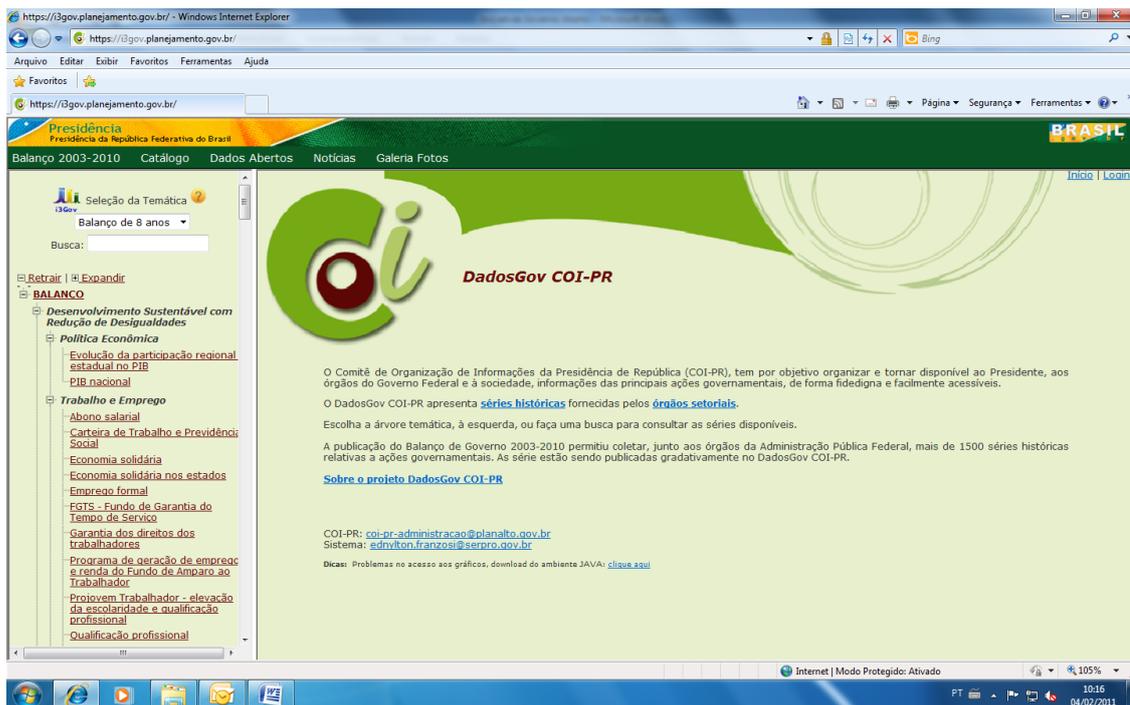


Figura 4 – Página Inicial do Portal DadosGOV COI-PR

O portal DadosGov COI-PR, de responsabilidade do Comitê de Organização de Informações da Presidência de República (COI-PR), acessado através do link <https://i3gov.planejamento.gov.br/coi/>, apresenta séries históricas fornecidas pelos órgãos setoriais. Através da árvore temática o usuário pode consultar temas como, por exemplo, política econômica, trabalho e emprego, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, agricultura familiar, reforma agrária e regularização fundiária, saúde e justiça, dentre outros.

Após selecionar a área de interesse, é possível escolher indicadores específicos por cada estado brasileiro, os dados podem ser exportados em formato CSV, RTF, PDF, XLS, XML e Dardo. Além disso, é possível enviar os dados via email. O portal ainda fornece as funcionalidades de rótulos de tabela, imagens, destaque de importância, filtros por maiores/menores, cálculo de percentuais, operações especiais, mover colunas e geração de gráficos. Os dados disponíveis são de 2003 a 2010.

O portal DadosGov COI-PR possui navegação agradável e intuitiva, de fácil compreensão. Em todas as páginas há um link de ajuda. Entretanto, o portal apresenta como ponto crítico a não atualização de todos os dados, uma vez que os dados da participação percentual das unidades da federação no PIB são disponibilizados somente até 2008, por exemplo. Além disso, não é apresentado no portal nenhum “termos de uso” dos dados disponibilizados.



3.2 Governo de São Paulo

O portal de Governo Aberto do Estado de São Paulo pode ser acessado através do link <http://www.governoaberto.sp.gov.br>.

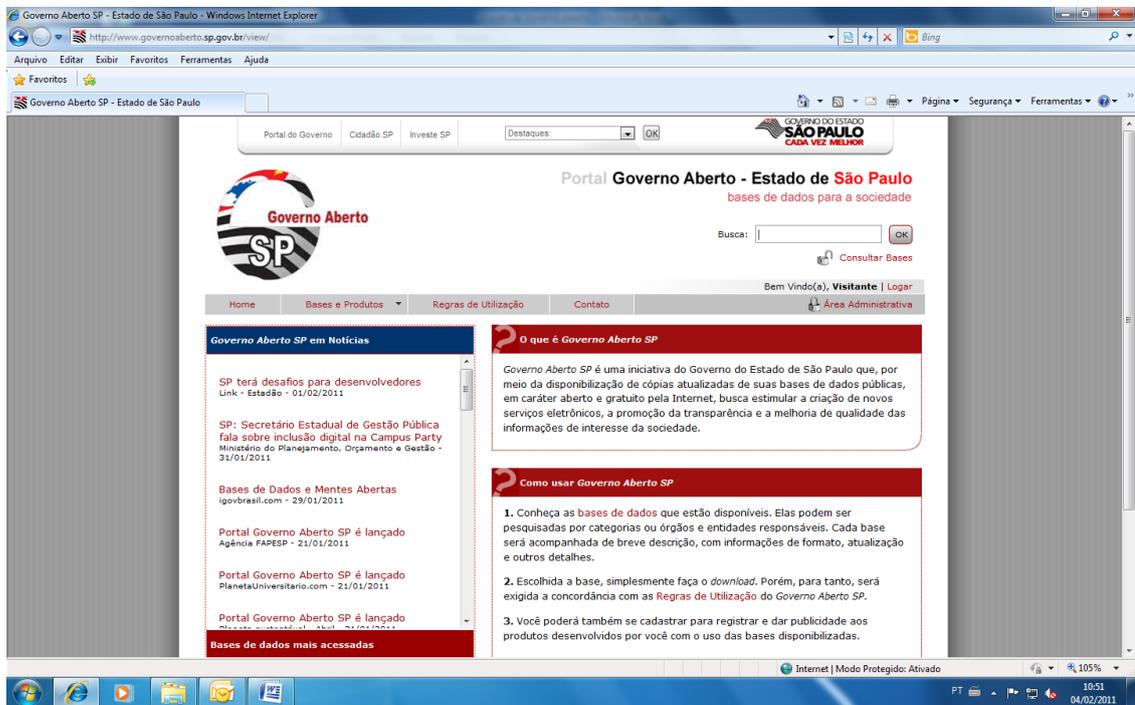


Figura 5 – Página Inicial do Portal de Governo Aberto do Estado de São Paulo

Os temas disponíveis no portal são: eleições, informações dos distritos da capital, informações municipais, investimentos anunciados, mercado de trabalho, óbitos/nascidos vivos, população, produto interno bruto e serviços ao cidadão.

Após selecionar as informações desejadas é possível realizar o download dos dados, entretanto não é possível visualizá-los antes do download como ocorre com o Portal DadosGov COI-PR. Cada base de dados é disponibilizada em apenas um formato, em TXT, CSV ou XLS. Antes de realizar o download é necessário aceitar a política de acesso do portal que consta no Anexo A.

Na página inicial do Portal existe uma lista das bases de dados mais acessadas e das mais comentadas. O Portal permite ainda o cadastro de usuários para colaboração, para cadastrarem os produtos gerados com a utilização das bases de dados disponibilizadas.

3.3 Banco Mundial

O catálogo de dados do Banco Mundial pode ser acessado através do link <http://data.worldbank.org/>.

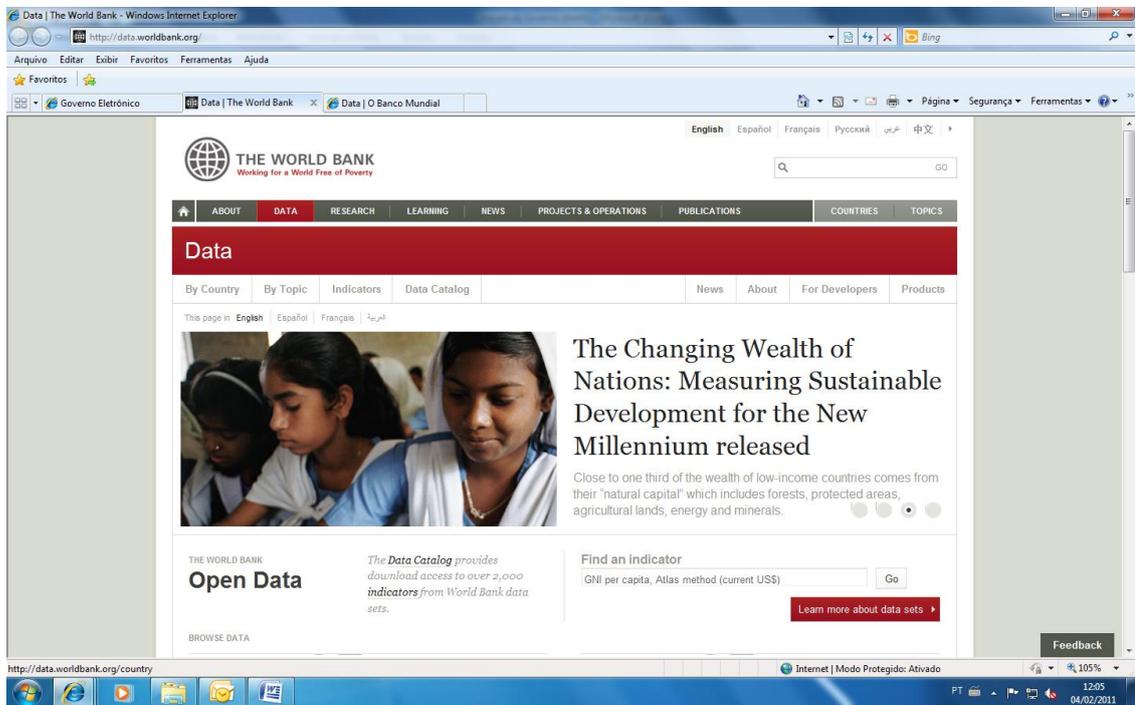


Figura 6 – Página Inicial do Portal Open Data do Banco Mundial

O portal foi divulgado no Blog Governo Eletrônico – Disseminando informações sobre o uso de tecnologias em governo (<http://governoeletronico.blog.br/blog/?p=386>). A postagem no blog definiu o portal Open Data do Banco Mundial como uma quebra de barreira, entretanto afirmam que não é uma abertura total de dados, mas sim apenas uma “fresta promissora” uma vez que são disponibilizadas tabelas apenas nos formatos CSV e XLS.

Os dados podem ser filtrados por país, temas e indicadores. Os temas apresentados são

Agricultura e desenvolvimento rural, eficácia da ajuda, trabalho e proteção social, política econômica, dívida externa, pobreza, educação, setor privado, energia e mineração, setor público, meio ambiente, ciência e tecnologia, setor financeiro, desenvolvimento social, saúde e desenvolvimento urbano. Dentro desses temas são disponibilizados mais de 2 mil indicadores.



Após selecionar os filtros desejados, as informações são apresentadas em forma gráfica, com a opção de realizar o download. O usuário pode ainda cadastrar seu email no Portal para receber as atualizações automaticamente. O Portal também conta com termos de utilização de dados, acessado através do link: <http://data.worldbank.org/summary-terms-of-use>.

Uma inovação apresentada pelo Portal do Banco Mundial é o Apps for Development Competition (<http://appsfordevelopment.challengepost.com>), um Portal destinado a reunir as melhores idéias de desenvolvedores de software e de comunidades de desenvolvimento que utilizaram os dados do Banco Mundo nas suas aplicações. As aplicações podem ser para a web, computador pessoal, dispositivo móvel, SMS, ou qualquer outra plataforma de software amplamente disponível ao público. A única exigência feita é que as propostas de aplicação utilizem os dados do Portal Open Data. As melhores idéias serão premiadas com prêmios em dinheiro.



3.4 Governo Americano

O governo americano também possui um portal para divulgar seus dados, que pode ser acessado através do link <http://www.data.gov>.



Figura 7 – Página inicial do Portal Data.gov do governo americano

Segundo informações do próprio Portal, nele se encontram 258 dados de agências federais, 305.982 conjuntos de dados disponíveis ao todo, dados abertos de 9 cidades do Estados Unidos e 236 aplicações já construídos com dados do Data.gov.

Os dados são disponibilizados nos formatos XML, CSV, KML/KMZ, RSS, XLS ou ESRI Shapefile. Os dados podem ser pesquisados por temática ou pelas agências. São inúmeros temas disponíveis, dentre eles, pode-se citar, agricultura, artes, viagens, construção e habitação, educação, energia, geografia, meio ambiente, finanças, segurança nacional, etc.

Visando a melhoria contínua do Portal, há uma área específica destinada a sugestões de novos dados pelos usuários. Segundo informação do Portal, já foram sugeridos até dezembro de 2009 mais de 900 conjuntos de dados. Desse total, 16% já estavam publicados no Data.gov, 26% das sugestões podem ser publicados num futuro próximo, 36% podem ser publicados em uma data

posterior, e os 22% restantes, não podem ser publicados, devido questões de sigilo e restrições tecnológicas.

Há também no Portal uma página específica com as aplicações já construídas com a utilização dos dados disponibilizados. Existem ferramentas destinadas ao mercado de trabalho, com a possibilidade de comparar as taxas de desemprego regional e estadual e a analisar a sua dinâmica, ao meio ambiente, indicando quais árvores são mais indicadas para cada local, e localização de depósitos de resíduos, dentre outros apps. A página pode ser acessada pelo link: <http://www.data.gov/developers/showcase>.



3.5 Governo do Reino Unido

O portal de disponibilização de dados abertos do governo do Reino Unido pode ser acessado no seguinte endereço: <http://data.gov.uk/>.

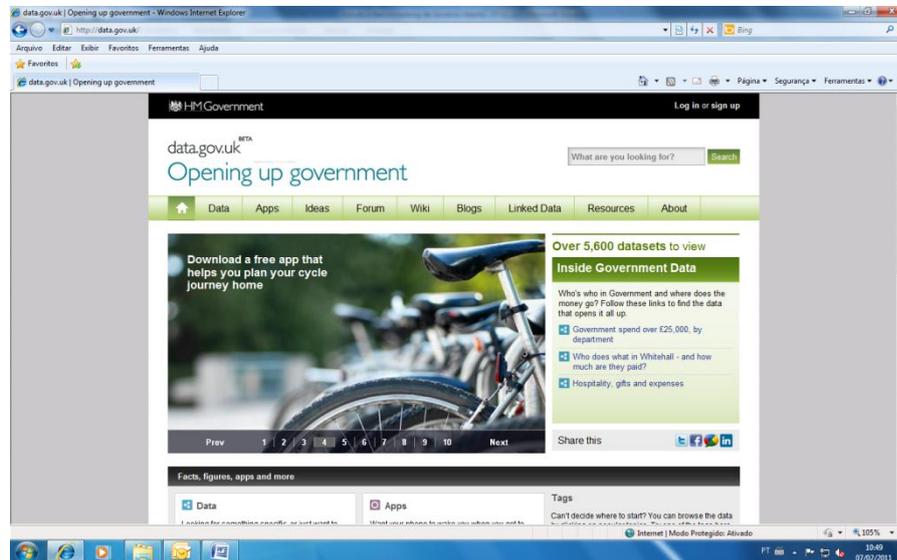


Figura 8 – Página Inicial do Portal Data.gov.uk do Governo do Reino Unido

A peculiaridade desse portal é que a pesquisa dos dados disponibilizados é realizada por filtro pelas organizações responsáveis por sua disponibilização, como por exemplo, o Ministério da Educação, Ministério dos Transportes, Departamento de Energia, Mudanças Climáticas, dentre outras agências. A página também tem um link com as aplicações já desenvolvidas a partir dos dados disponibilizados: <http://data.gov.uk/apps>.

Um item interessante nessa página é que o usuário pode enviar uma ideia de utilização dos dados disponibilizados, que após análise dos moderadores do portal, será encaminhada para os desenvolvedores cadastrados para implementá-la. Na área <http://data.gov.uk/ideas> é possível ver as 360 ideias que já foram cadastradas.



3.6 Governo Australiano

O portal de governo aberto do governo australiano pode ser acessado no link: <http://data.australia.gov.au/>.



Figura 9 – Página Inicial do Portal Data.australia. gov.au do Governo Australiano

Os dados disponibilizados são classificados nas seguintes categorias: negócios, comunicação, comunidade, cultura, educação, emergências, emprego, meio ambiente, finanças, geral, geográfica, governo, saúde, indústria, informação de comunicações, direito, medição, planejamento, política, propriedade, recreação, segurança, ciências, sociedade, tecnologia, turismo e transporte. Os dados podem ser disponibilizados nos formatos XML, CSV/ XLS, TXT, KML/KMZ e Shapefile.

Seguindo o padrão da maioria dos portais analisados há uma página destinada aos aplicativos desenvolvidos a partir dos dados disponibilizados (<http://data.gov.au/apps/>), além de um formulário para sugerir novos dados publicados.

3.7 Governo Neozelandês

O portal de disponibilização de dados em formato aberto do governo neozelandês pode ser acessado na página: <http://data.govt.nz/>.



Figura 10 – Página Inicial do Portal Data.govt.nz Governo Neozelandês

Os dados podem ser pesquisados por categoria ou agência do governo. São listadas as seguintes categorias: agricultura, silvicultura e pesca, arte, cultura e patrimônio, edificações, construção e habitação, comércio e indústria, educação, emprego, energia, meio ambiente e conservação, impostos e economia, saúde, infra-estrutura, justiça, administração local e regional, migração, população e sociedade, ciência e investigação, turismo e transportes.

3.8 Governo Canadense – Cidade de Vancouver

O portal de dados abertos de Vancouver pode ser acessado pelo link <http://data.vancouver.ca/>.



Figura 11 – Página Inicial do Portal Data.vancouver.ca do Governo Canadense

Os dados são disponibilizados nos seguintes formatos: CSV, XLS, DWG, KML, SHP e ECW. O portal também apresenta uma página com os termos de uso: <http://data.vancouver.ca/termsOfUse.htm>. É possível consultar dados referentes a reciclagem, ciclovias, centros comunitários, eleições, rede sanitária, dentre outros.

3.9 Governo Canadense – Cidade de Edmonton

O portal de governo aberto da cidade de Edmonton pode ser acessado na página <http://data.edmonton.ca/>.

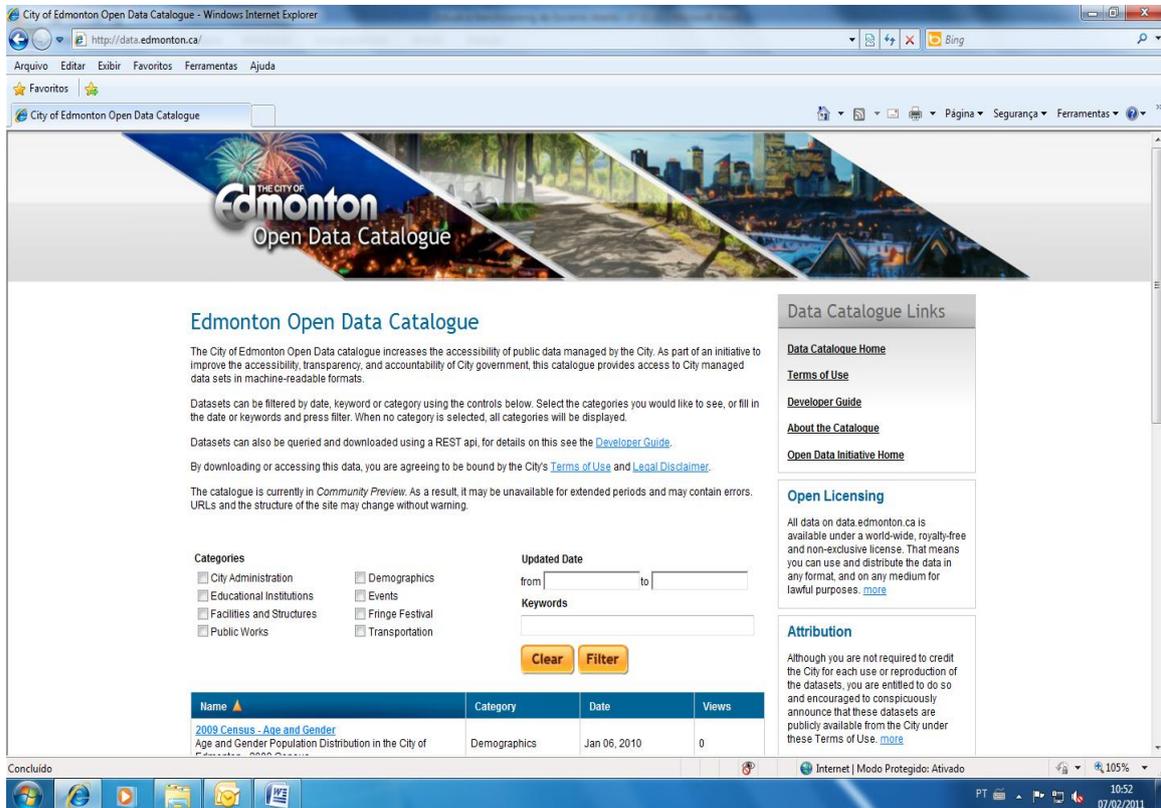


Figura 12 – Página Inicial do Portal Data.edmonton.ca do Governo Canadense

Os dados disponibilizados são classificados nas seguintes categorias: administração, instituições educacionais, instalações e estruturas, obras públicas, demografia, eventos e transportes. Os termos de uso do portal são disponibilizados na página http://www.edmonton.ca/city_government/open_data/open-data-terms-of-use.aspx.



4 ROTEIRO PARA ABERTURA DE DADOS GOVERNAMENTAIS

No presente tópico serão abordados os roteiros de abertura de dados governamentais do governo americano e o elaborado pelo Grupo de Trabalho de Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). Assim, objetiva-se apresentar ações para implantar e sustentar um processo de abertura de dados governamentais.

4.1 Plano de Governo Aberto Norte-Americano

O governo norte-americano publicou em oito de dezembro de 2009 uma diretiva para que as agências federais produzam um plano de governo aberto. O memorando encaminhado às agências federais dos Estados Unidos pode ser acessado no seguinte link: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/omb/assets/memoranda_2010/m10-6.pdf.

A nota traça medidas específicas para implementar os princípios da transparência, participação e colaboração, além de estabelecer prazos para as agências publicarem dados em formatos em aberto.

Entre os prazos estabelecidos, destacam-se:

- Dentro de 45 dias, cada agência deve identificar e publicar on-line em um formato aberto pelo menos três dados e registrá-los no portal Data.gov.
- Dentro de 45 dias, cada agência designará um funcionário da alta gestão para ser responsável pela qualidade e objetividade das informações divulgadas na webpage de Governo Aberto.
- Dentro de 60 dias, cada agência deve criar uma webpage de Governo Aberto localizada em [http://www.\[agência\].gov/aberto](http://www.[agência].gov/aberto) para servir como porta de entrada para as atividades relacionadas com o Governo Aberto além de assegurar a manutenção e atualização da webpage em tempo hábil.
- Dentro de 120 dias, cada agência deve elaborar e publicar na sua webpage de Governo Aberto um Plano de Governo que irá descrever como ela irá fomentar a transparência, a participação do público e a colaboração nas suas atividades.



Segundo o documento, as agências são encorajadas a promover as diretrizes de governo aberto antes dos prazos estipulados, visto o apoio do Presidente norte-americano a essas iniciativas.

Entre as diretrizes previstas, destacam-se:

- As agências devem publicar informações on-line em um formato aberto que pode ser recuperada, transferida, indexado e revistados pela pesquisa na web. Um formato aberto é independente de plataforma, legíveis por máquina, e disponibilizado ao público sem restrições que impeça a reutilização das informações.
- Cada webpage de Governo Aberto deve incluir mecanismos para o público dar feedback e avaliar a qualidade das informações publicadas além de informar quais informações devem ser priorizadas.

4.2 Plano de Governo Aberto do Grupo de Trabalho INDA

O Grupo de Trabalho de Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) publicou na sua comunidade Dados Governamentais Abertos⁵ na página do SISP⁶ (www.sisp.gov.br) um roteiro para a abertura de dados⁷ de 2010. O objetivo do documento é apresentar um conjunto de ações para implantar e sustentar um processo de abertura de dados governamentais.

O documento traz as diretrizes do W3C já destacadas no item 2.4 do presente trabalho. O roteiro ainda detalha os responsáveis pelo processo de abertura de dados:

1. Órgão central de suporte e controle às ações

Promove encontros periódicos para criação e evolução dos modelos de plano de ação e manutenção dos dados, com fim de formalizar um processo integrado de governo: SLTI.

2. Patrocinador

Responsável pela Iniciativa, principal interessado na abertura dos dados, Executivo de nível superior do órgão.

⁵ http://www.sisp.gov.br/dotlrn/clubs/dadosgovernamentaisabertos2/one-community?page_num=0

⁶ O SISP foi instituído em 1990 com o objetivo de organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de informação e informática da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.

⁷ http://www.sisp.gov.br/dotlrn/clubs/dadosgovernamentaisabertos2/file-storage/view/roteiro-de-abertura-de-dados/Roteiro_para_abertura_de_dados_governamentais_v0.2.pdf



3. Coordenador/Articulador

Responde pela execução do processo de abertura, articula entre os responsáveis técnicos e gestores de negócio.

4. Gestor Negocial

Tem a capacidade de identificar os dados a serem abertos, os dados de risco, dados confidenciais. Tem na cabeça os processos de negócio.

5. Gestor Técnico

Deve dominar, na organização, os assuntos de ambiente e segurança e conhecer os sistemas de suporte à área de negócio, responde também pelas ações técnicas do processo de abertura (extração e apresentação dos dados).

6. Usuário do dado

Cliente final do dado aberto, pessoa física ou jurídica que tem interesse de acesso àquele dado: Sociedade civil, em especial os hackers civis, iniciativa privada e os próprios gestores públicos.

Entre os outros assuntos tratados no roteiro destaca-se o conjunto de ações destinadas a otimizar a utilização dos recursos:

- Levantar os grupos de dados possuídos pela organização: O primeiro passo é conhecer os ativos do órgão. Para que todos os grupos de dados sejam elicitados é essencial o conhecimento dos negócios operacionais geridos pelo órgão. O levantamento deve cobrir quais são os dados, gerados ou mantidos, cujo o órgão é responsável. O Gestor Negocial deve analisar os processos de negócio do órgão e identificar todos os grupos de dados produzidos no processo. Participantes: Coordenador e Gestor Negocial.
- Obter autorização para publicação dos grupos de dados do órgão: Para que um grupo de dados seja disponibilizado publicamente é imprescindível um levantamento jurídico e permissão formal da instância responsável. O órgão deve ter uma postura proativa na liberação dos dados. Deve-se tomar como premissa que todos os dados podem ser liberados, e remover aqueles que possuem alguma restrição. É importante enfatizar que mesmo parcialmente publicado, um grupo de dados agrega algum valor. É aceitável que motivos relacionados a segurança nacional e estratégia de governo restrinjam os dados, mas justificativas fortalecem a atuação transparente do órgão. Participantes: Coordenador e Gestor Negocial.



- Definir metadados preliminares: O movimento de abertura de dados está embasado em algumas leis e princípios que defendem o acesso irrestrito e automatizável aos dados. Porém, para o sucesso do movimento é importante facilitar a compreensão dos dados. Se um pacote de dados publicado não está gerando conclusões ou algum serviço, então ele não atingiu a expectativa inicial. É papel do provedor dos dados fornecer artefatos suficientes permitindo a máxima utilização do valor agregado nos dados. Sugerimos a utilização de uma abordagem incremental. No primeiro momento é importante a construção de metadados suficientes para que um usuário externo conheça a definição e escopo dos dados.
- Determinar quais grupos de dados são mais relevantes para abertura: O movimento de abertura de dados prega que todos os dados devem ser disponibilizados o mais rápido possível. Porém, os recursos envolvidos são escassos diante do montante de dados que podem ser disponibilizados. Para que a abertura alcance bons níveis de satisfação é necessário um planejamento enxuto priorizando a abertura dos dados mais importantes. A definição do que é importante está relacionada ao valor percebido pelo consumidor dos dados. Recomendamos a utilização de uma abordagem colaborativa para definição das prioridades de abertura. Possibilitar que os usuários dos dados exponham suas ideias e colaborativamente definam quais dados são necessários para implementá-las, reduz as incertezas quanto ao impacto e alcance da abertura posterior. A definição dos metadados preliminares, descrita no tópico 3.3, é essencial para que os usuários vislumbrem as possibilidades. Participantes: Coordenador, Gestor Negocial, Gestor Técnico e Usuário.

O roteiro destaca ainda a importância de um plano de divulgação e participação da sociedade civil. Segundo o documento, “o consumidor é uma peça essencial no uso dos dados abertos, portanto o plano deve conter ações para seu envolvimento ainda no momento de definição dos pacotes de dados a serem publicados. Essa colaboração aumenta a transparência da ação e reduz as incertezas quanto aos resultados da abertura dos dados” (Roteiro para Abertura de Dados, 2010, página 8).



5 CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou analisar os movimentos de governo aberto, sob o ponto de vista da transparência, gestão do conhecimento, co-criação e padrões W3C, partindo da análise de portais nacionais e estrangeiros. Inicialmente foi feito um estudo teórico sobre governo aberto, apresentando seu conceito, premissas e objetivos. Em seguida foi feita a análise de três perspectivas do governo aberto: a transparência, gestão do conhecimento, co-criação e os padrões W3C de publicação de dados governamentais em formato aberto. Após o referencial teórico foram apresentados vários modelos de portais que publicam dados abertos governamentais, com o objetivo de procurar os melhores processos e conhecer as idéias inovadoras na área. Além disso, foram apresentados roteiros para a abertura de dados governamentais em formato aberto.

Diante do exposto é possível perceber que a questão não é somente de tecnologia, visto que elas não garantem por si só que os dados sejam publicados e utilizados pela sociedade civil. Devem existir esforços no sentido de promover tais mecanismos, além de existir esforços para incentivar a participação do cidadão. Não basta o poder público estabelecer uma relação descomplicada com o cidadão, devem ser criados mecanismos para que o último seja agente de transformação, colaboração e construtor de informações úteis para toda a sociedade. As boas práticas existentes servem de modelo que é possível concretizar a democracia, por meio da disponibilização de dados abertos governamentais.



REFERÊNCIAS

AGUNE, Roberto Meizi; BOLLIGER, Sérgio Pinto; FILHO, Álvaro Santos Gregório. **Governo aberto SP: disponibilização de bases de dados e informações em formato aberto**. Trabalho apresentado no III Congresso CONSAD de Gestão Pública realizado nos dias 15, 16, 17 de março de 2010 em Brasília. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001871.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

ALVES, Arnoudo Francisco. **Gestão do Conhecimento: uma ferramenta de apoio ao exercício da função de Controle Externo**. Disponível em: <http://www.tce.ce.gov.br/sitetce/arq/RevistaControle/2006/19_ARTIGO_ARNOUDO.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, volume 1, 7^o edição, 2003.

DINIZ, Vagner. **Como conseguir dados governamentais abertos**. Trabalho apresentado no III Congresso CONSAD de Gestão Pública realizado nos dias 15, 16, 17 de março de 2010 em Brasília. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001870.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

FERGUSON, Martin. **Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento**. *In*: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (org). Internet e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, Dimas Enéas Soares. **Experiências Recentes de Controle Social sobre o Processo de Orçamentação Pública Municipal no Brasil**. *In*: ESAF; FGV; CEF; STN; MF. (Org.). Finanças Públicas: XI Prêmio Tesouro Nacional - 2006. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, v. 11.

MAIO, Andrea Di. **Gartner Open Government Maturity Model**. ID Number: G00201261. Publicado em: 25 de Junho de 2010.

MAIO, Andrea Di. **How to Build an Open Government Plan**. ID Number: G00174055. Publicado em: 29 de Janeiro de 2010.

MEDEIROS. Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **O estágio do governo eletrônico no Brasil em relação ao contexto mundial**. *In*: Revista do Serviço Público, ano 55, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.ieprev.com.br/>>. Acesso em: 16 set. 2008.



MULLER, Cláudia Cristina. **Downloads ou uploads: a função pública do Estado no compartilhamento do conhecimento produzido**. Trabalho apresentado no III Congresso CONSAD de Gestão Pública realizado nos dias 15, 16, 17 de março de 2010 em Brasília. < <http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001872.pdf> >. Acesso em: 27 jan. 2011.

TEIXEIRA, Alberto. **Guia da Cidadania para a Transparência: Prevenção contra a Corrupção**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

TRISTÃO, Gilberto. **Transparência na administração pública**. VII Congresso Internacional CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Lisboa, Portugal, 2002.

VALE, Paulo Henrique Macedo. **Governo eletrônico nas dimensões e-capacidade administrativa, e-participação e e-transparência: identificando aspectos da governança eletrônica em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, FJP, Belo Horizonte, 2006.



ANEXOS

ANEXO A – Regras para Utilização dos Serviços do Governo Aberto SP

“Governo Aberto SP

Regras para utilização dos serviços do Governo Aberto SP.

1. Quem pode acessar as informações e dados públicos disponibilizados pelo Governo Aberto SP.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode ter acesso aos serviços de disponibilização de informações e de dados públicos por meio do Governo Aberto SP.

2. Restrições ao uso dos dados disponibilizados.

Os dados fornecidos por meio do Governo Aberto SP são públicos e, por isso, disponibilizados como serviço público estadual. O Governo Aberto SP não estabelece restrições específicas relativas ao uso dos dados que, portanto, é livre para toda finalidade ou atividade, no limite das restrições legais e respectiva regulamentação. Denúncias de eventual utilização dos dados públicos fornecidos pelo Governo Aberto SP para atividades em desacordo com as disposições legais e marcos regulatórios podem ser feitas por meio de nosso Fale Conosco, no portal do Governo Aberto SP, para encaminhamento à autoridade competente.

3. Responsabilidade relativa aos dados disponibilizados

Os Órgãos e Entidades que disponibilizam dados por meio do Governo Aberto SP respondem diretamente pela sua autenticidade, qualidade e atualidade, nos termos declarados para disponibilização, até o momento do acesso aos dados por parte dos usuários dos serviços do Governo Aberto SP.

Uma vez que os dados tenham sido acessados (baixados) pelos usuários do Governo Aberto SP, esses Órgãos e Entidades eximem-se de qualquer responsabilidade relativa à autenticidade e à manutenção da qualidade e atualidade dos dados disponibilizados.

4. Condições para utilização dos dados disponibilizados por meio do Governo Aberto SP.

É condição para a utilização dos dados disponibilizados pelo Governo Aberto SP a citação da fonte – órgão ou entidade vinculada – no formato por ela indicado no site do Governo Aberto SP, assim como a informação de que o dado foi acessado por meio do Governo Aberto SP e a declaração “O Governo Aberto SP e o órgão ou entidade de onde foram acessados os dados não garantem sua autenticidade, qualidade, integridade e atualidade após terem sido disponibilizados para uso secundário”.



5. Responsabilidade relativa ao uso secundário dos dados disponibilizados.

Os usuários dos serviços do Governo Aberto SP respondem integralmente pelas informações e serviços secundários que oferecerem, bem como quaisquer outras atividades empreendidas com base nos dados fornecidos, eximindo o Governo Aberto SP e os Órgãos e Entidades que disponibilizam os dados de qualquer responsabilidade relativa a essas atividades, informações, serviços e suas consequências, tanto relativamente aos próprios usuários cadastrados como a terceiros.

6. Condições para acesso às bases de dados disponibilizadas pelo Governo Aberto SP.

A condição para ter acesso às bases de dados é a ciência das regras explicitadas no presente e a concordância com elas.

7. Condições para acesso aos cadastros para colaboração.

Será facultado aos usuários do Governo Aberto SP cadastrarem-se como usuários, bem como cadastrarem os produtos gerados com a utilização das bases de dados disponibilizadas, para publicidade e facilitação da colaboração entre os usuários cadastrados. Os dados de cadastro fornecidos serão considerados de caráter não sigiloso e de acesso irrestrito e serão livremente disponibilizados no portal do Governo Aberto SP. O cadastro de usuários terá os seguintes campos obrigatórios:

- Nome do usuário: O cadastramento nominal tem por objetivo apenas a identificação para contato. Homônimos serão discriminados por correlação com email fornecido. Será pressuposta autenticidade da declaração de identidade.
- E-mail: O fornecimento de email tem por objetivo apenas estabelecer canal de contato com o usuário cadastrado.

O cadastro de usuários terá também os seguintes campos não obrigatórios:

- País
- Estado
- Cidade
- Área de Atuação

Para pessoas físicas:

- Faixa etária
- Escolaridade

O cadastro de produtos terá os seguintes campos obrigatórios:

- Nome que identifica o produto
- Autores
- Breve descrição do produto
- Bases dados disponíveis no Governo Aberto SP que foram utilizadas.

- Endereço para acesso a mais informações e ao produto propriamente dito.
(Regras para utilização dos serviços do Governo Aberto SP. Acesso: <http://www.governoaberto.sp.gov.br/view/justificativas.php>)



AUTORIA

Izabela França Rodrigues – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental –
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG)

Endereço eletrônico: izabela.rodrigues@planejamento.mg.gov.br
izabelarodrigues@yahoo.com.br



GESTÃO PARA CIDADANIA: UM PROJETO DE USO DE TECNOLOGIAS EM PROL DO FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA BUSCA PELA SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS COM A SAÚDE PÚBLICA

Antônio Jorge de Souza Marques
Francisco Antônio Tavares Junior
Luiz Claudio Silva Caldas

RESUMO

Os avanços tecnológicos como a internet, as redes sociais, os celulares e outras tecnologias móveis e canais corporativos, são verdadeiros atalhos que permitem uma transformação no mundo, cujo efeito é torná-lo cada vez mais “plano”, como definiu o autor Thomas Friedman. Assim, estes avanços constituem uma oportunidade para romper as distâncias existentes entre os governos e seus principais clientes: os cidadãos. Diante deste desafio e com a proposta de identificar a real necessidade dos cidadãos e ampliar sua satisfação, a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais apresenta um projeto apoiado em estratégias que envolvem a implantação de serviços de contato com o cidadão através de telefone (contact centers) ativos e receptivos, o uso de torpedos (SMS) para divulgação e informação, o uso da web 2.0, a reformulação do site, além do uso de um canal corporativo que atinge as prefeituras e as unidades básicas de saúde que visa fortalecer o exercício do controle social e ampliar a divulgação de informações úteis para os cidadãos. Todo este esforço tem como objetivo tornar o cidadão um sujeito agente no cuidado da própria saúde, cada vez mais informado e satisfeito.



1 GESTÃO POR RESULTADOS EM MINAS GERAIS

Desde 2003, Minas Gerais vem se destacando por iniciativas inovadoras na gestão pública. Este conjunto de iniciativas pode ser objetivamente descrito através de três etapas.

Entre 2003 e 2006, no chamado 1º choque de gestão, foi feito um esforço de ajuste fiscal no intuito de sanear as contas públicas e se atingir o chamado déficit zero. Todo este esforço está relacionado com a dimensão da eficiência.

Entre 2007 e 2010, foram concentrados esforços para assegurar através das políticas públicas resultados concretos, o chamado “Estado para Resultados”. Tem-se dito que estes avanços muito se relacionam a dimensão da eficácia.

Neste novo ciclo, iniciado em 2011, busca-se a efetividade através de uma nova dimensão do choque de gestão que tem como foco a gestão para cidadania sustentada pelas redes de desenvolvimento integrado.

Assim, o percurso eficiência, eficácia e efetividade terá sido concluído com vistas a um governo que entrega resultados perceptíveis, aumentando a satisfação de seus clientes, os cidadãos.



2 SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DO ENVOLVIMENTO DO CIDADÃO

Falar em gestão para cidadania significa desenvolver esforços para transpor a barreira que muitas vezes se formou entre governo e sociedade, estimulando relações onde o cidadão se torna mais do que um simples beneficiário das políticas públicas e alcança o status de co-participante na gestão e na execução das políticas.

É importante ressaltar que o próprio modelo de gestão adotado no Sistema Único de Saúde, prevê este tipo de cidadão mais atuante e participativo na condução do Sistema. Cumpre-nos aqui refletir um pouco sobre a chamada gestão participativa e o controle social.

A Lei 8.142 instituiu um importante mecanismo de controle social: os conselhos de saúde. Os conselhos de saúde, conforme o artigo 1º são órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários e atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Além disso, esta lei institui outro relevante mecanismo: as conferências de saúde. Por definição, estas conferências ocorrem a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

A gestão participativa é uma estratégia transversal presente nos processos cotidianos da gestão do SUS. Formular e deliberar conjuntamente significa mais do que realizar o controle social – e este é o desafio apresentado à gestão participativa, que requer a adoção de práticas e mecanismos inovadores, capazes de efetivar a participação popular.

A gestão participativa pressupõe a ampliação dos espaços públicos e coletivos, viabilizando o exercício do diálogo e da pactuação de diferenças. Nesses espaços, é possível construir conhecimentos compartilhados sobre a saúde da população, considerando as subjetividades e singularidades presentes nas relações dos indivíduos e da coletividade.



Essa tarefa exige esforço para o desencadeamento de ações de educação em saúde que ampliem e vocalizem as necessidades e desejos da população, assim como a escuta dos profissionais e dos serviços, para que o acolhimento e o cuidado tenham significado para ambos.

Implica ainda tornar visíveis as mudanças que vêm ocorrendo no SUS a partir da adoção de práticas como as equipes multiprofissionais de saúde, a intersetorialidade, a integralidade e o acolhimento. Essas práticas participativas baseiam-se, sempre, na construção de consensos pactuados, nunca de consensos forçados.

A partir da identificação e reconhecimento dos dissensos, há que construir alternativas, considerando-se as diferentes opiniões que devem ser condensadas, por etapas, permitindo resultados mais expressivos e duradouros.

Tal conceito (de gestão participativa e da participação social) sempre esteve presente no SUS, ainda que enfrentando importantes desafios como a necessidade de superar algum viés no processo de representatividade e algumas distorções que um modelo tão inovador e democrático pode sofrer devido as questões atinentes ao “jogo do poder”.

Noutro eixo, há que se discutir a própria postura do cidadão enquanto consumidor dos serviços de saúde.

Neste aspecto, o documento elaborado pelo IBM Global Business Services, chamado “Saúde 2015: ganha-ganha ou todos perdem?” apresenta entre as recomendações uma mudança de postura dos chamados “consumidores” (ou cidadãos) no sentido de que assumam responsabilidade pessoal por sua saúde e maximizem o benefício recebido de um sistema de saúde transformado.

Assim, na visão de futuro esperada, os consumidores escolherão estilos de vida saudáveis e se tornarão compradores mais conscientes de serviços de saúde.

Em avaliação feita e apresentada neste documento, conclui-se que de maneira geral, em sistemas públicos de saúde como o SUS que se propõe a serem universais e integrais, os consumidores tem pouca responsabilidade direta por suas despesas com saúde, e sua capacidade de prever a qualidade desses sistemas, muitas vezes, torna-se questão de sorte.



Os pagadores como o governo, por outro lado, arcam com os custos e, por isso, tendem a investir em cuidados médicos de baixa qualidade na busca de custos reduzidos. As sociedades tendem a dar pouca atenção a custos ou qualidade dos serviços de saúde até o momento em que o nível dos serviços ou outros “direitos” sociais são ameaçados.

Espera-se que, com o passar do tempo e o amadurecimento do sistema, os consumidores tenham um melhor entendimento financeiro e mais responsabilidade por seus sistemas de saúde, o que, por sua vez, determinará a demanda por dados sobre valor que sejam prontamente acessíveis, confiáveis e compreensíveis.

Os pagadores, por outro lado, devem desenvolver uma visão mais abrangente acerca de valor, avaliando não apenas os custos de cada procedimento, mas também como investimentos em cuidados preventivos de alta qualidade e controle proativo das condições de saúde podem incrementar a qualidade e ajudar a minimizar a estrutura de custos de longo prazo.

Por fim, as sociedades compreenderão que os recursos destinados a saúde são finitos e exigirão que o pagamento e a qualidade dos serviços prestados sejam condizentes com o valor retornado para o indivíduo e para o país como um todo.

Neste contexto, entende-se que mais do que uma adequação na postura e participação dos cidadãos em função da melhoria da sua percepção como consumidor, espera-se que os cidadãos se engajem no sentido de se tornarem atores ativos no cuidado da própria saúde.

A mudança, em curso, no cenário epidemiológico tem feito com que se tenha atualmente um quadro com a chamada tripla carga de doenças, onde as antes predominantes doenças transmissíveis passam a ser minoria e percebe-se a ampliação das chamadas condições crônicas e das chamadas causas externas.

Tanto as condições crônicas quanto as causas externas estão profundamente relacionadas com os hábitos de vida e os fatores comportamentais dos indivíduos.

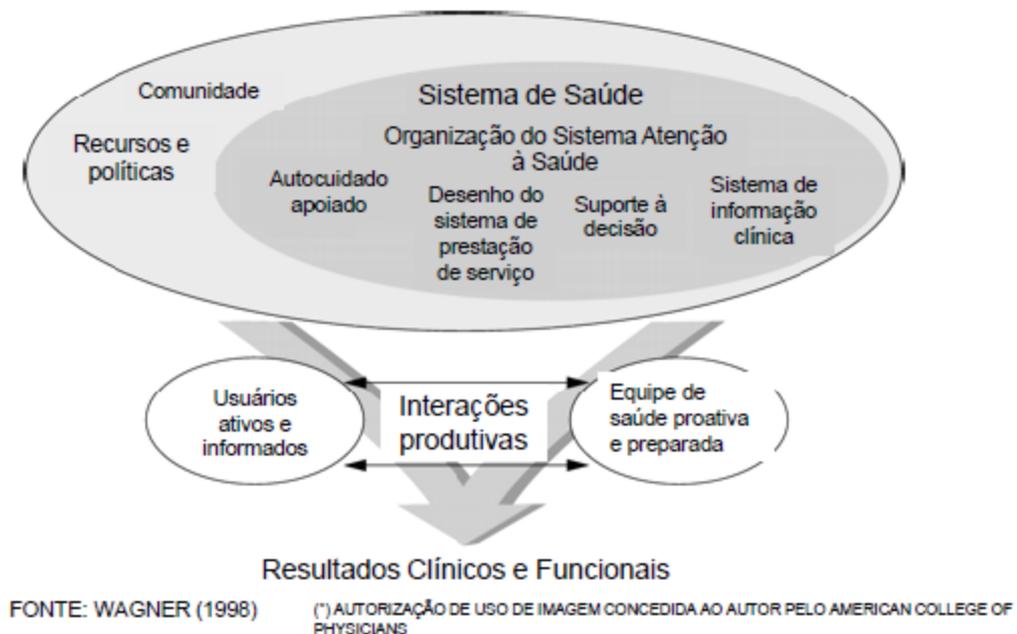
Assim, um novo modelo de atenção vem sendo implantado: o modelo de redes. Busca-se assim estabelecer a coerência entre a situação de saúde e o modelo assistencial, ancorado em um sistema integrado que opera de forma



contínua. Neste modelo, destaca-se a importância da atenção primária à saúde como responsável sanitária pelo cidadão e como indutora da mudança da saúde reativa como resposta a doença e aos eventos agudos para a saúde proativa, focada na promoção e prevenção.

É importante ressaltar que como partes fundamentais do modelo de atenção crônica destacam-se os usuários (ou cidadãos) ativos e informados e o chamado autocuidado apoiado que demanda ações de cuidado da própria saúde feitas pelo cidadão, sob a orientação de especialistas.

O MODELO DE ATENÇÃO CRÔNICA (*)



Este autocuidado apoiado é de suma importância já que os profissionais de saúde só interagem com os portadores de doenças crônicas por poucas horas no ano, ou seja, no resto do tempo as pessoas cuidam de si próprias.

Assim, faz-se necessário informar e qualificar os cidadãos, além de fornecer o devido suporte para que este modelo obtenha êxito.



3 ANÁLISE DE ALGUMAS DAS ATUAIS FERRAMENTAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS UTILIZADOS E APRESENTAÇÃO DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

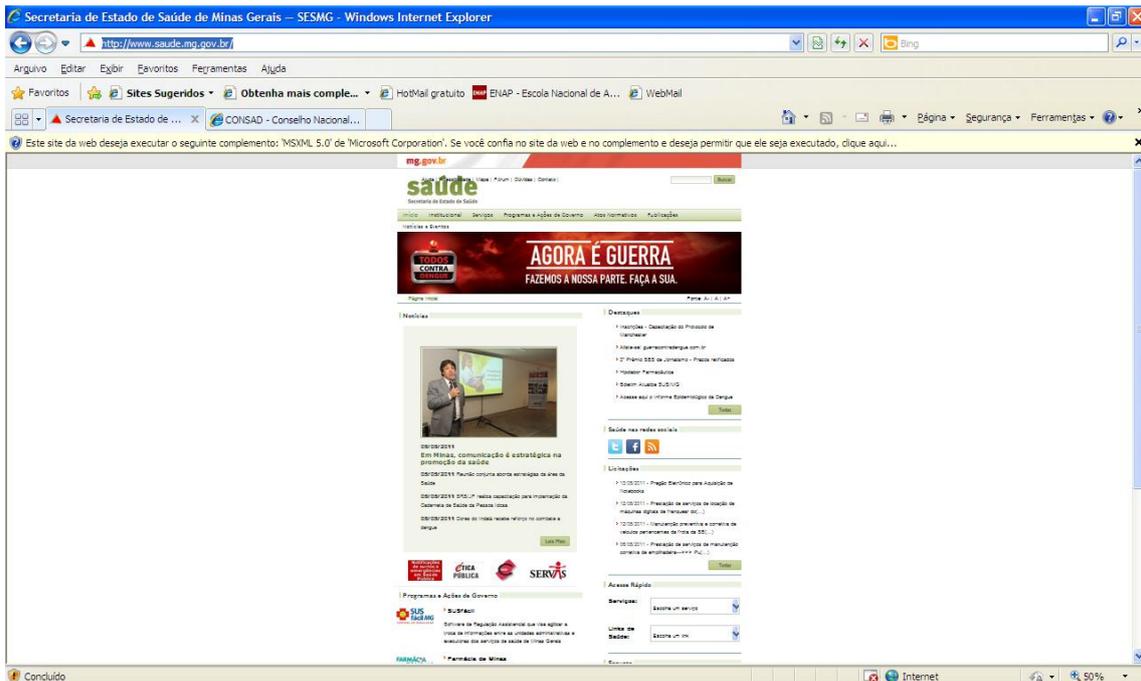
Passaremos agora a analisar e descrever algumas das atuais ferramentas disponíveis e, dentre elas, relataremos algumas experiências inovadoras que começam a ser adotadas e servem de subsídio para se vislumbrar novas opções para o futuro e propor um modelo genérico de uso da tecnologia da informação e comunicação no intuito de fortalecer a gestão para cidadania.

Começaremos falando sobre o atual portal da SES/MG (cujas críticas que serão apontadas se assemelham as que se aplicariam a muitos portais de secretarias e órgãos governamentais de saúde no Brasil).

Este portal tem sérias limitações no que se refere ao fornecimento de informações úteis aos cidadãos. Embora ele cumpra alguns requisitos básicos de informação, sua maior deficiência é a falta de segmentação para públicos específicos e a indisponibilidade de informações práticas que efetivamente orientem o cidadão quanto às formas de acesso aos serviços de saúde e em relação a informações sobre hábitos de vida saudáveis e aspectos comportamentais apontados pelas evidências científicas como importantes para a promoção da saúde.

Há que se ressaltar que, embora não estejam incluídas no site, estas informações são amplamente disponíveis no âmbito da SES/MG.





Outro aspecto a se apontar é a baixa interatividade entre cidadão e governo promovida através do Portal.

Todavia, ainda no que se refere ao uso da web, nos últimos anos, alguns avanços foram construídos. Por exemplo, a SES/MG hoje está presente nas mídias sociais (como facebook, e twitter).

Nos últimos anos aumentou o uso de blogs como, por exemplo, o Blog criado durante a época da pandemia da H1N1 pela SES/MG.

Posteriormente, criou-se o Dengue Ville, um aplicativo disponível no Orkut que é, na verdade, um game onde sua casa e seu bairro estão infestados de focos da dengue e para sobreviver, é preciso estar sempre atento e eliminar toda água parada onde o mosquito possa se reproduzir. A tarefa não é fácil. Todos os dias, você precisa encontrar e retirar água de pneus e garrafas, limpar ralos, tampar caixas-d'água, etc. Qualquer cantinho esquecido pode virar um novo foco. Por isso, a luta contra a dengue deve ser constante: se você ficar muito tempo sem entrar no jogo, seu avatar adocece e você vai precisar da ajuda de amigos para hidratar-se e buscar atendimento médico.



O Dengue Ville tem se demonstrado um sucesso no sentido de mobilizar e engajar a população na luta contra a dengue.

Mais recente ainda é a iniciativa do portal www.guerracontraadengue.com.br que foi lançado no ápice da campanha Guerra contra a Dengue e além de prover um bom conjunto de informações sobre o combate ao vetor e a doença, fortalece e enfatiza a importância da participação social e mobiliza, convidando a todos a se alistarem nesta “guerra”.



Todavia, é interessante observar que o uso destas ferramentas ainda está restrito a situações de crise ou emergenciais e as mesmas ainda são pouco exploradas no que se refere ao estímulo as políticas de promoção e a manutenção de hábitos saudáveis.

Finalmente, ainda falando sobre o uso da web, destaca-se que a SES/MG vem avançando no uso de sistemas de informação e tem uma das melhores concepções para a implantação do registro eletrônico do cidadão, embora estas



ainda estejam muito ligadas ao ambiente técnico e não tenham sido pensadas no sentido de explorar o protagonismo do cidadão como sujeito ativo no cuidado da própria saúde e os recursos emergentes da web 2.0.

Ampliando o conceito e falando sobre tecnologias de comunicação, destacam-se ainda algumas práticas interessantes que também podem ajudar a inspirar o modelo que será proposto no próximo tópico.

Por exemplo, recentemente a SES/MG passou a utilizar as SMS (mensagens de texto de celular) para comunicar com prefeitos, secretários de saúde, servidores, dentre outros. Este recurso tem imenso potencial para ser explorado podendo, por exemplo, ser utilizado como lembrete para a medicação dos pacientes ou mesmo como chamadas para a prática de hábitos de vida saudáveis.

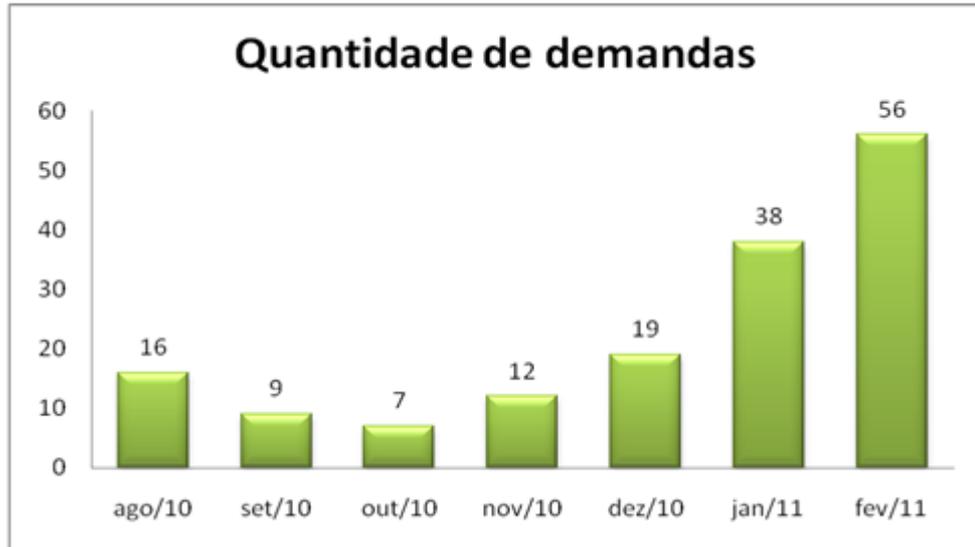
Outro recurso interessante é a Ouvidoria de Saúde. A ouvidoria é um canal de articulação entre o cidadão que exerce seu papel no controle social e a gestão pública de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo SUS.

Entre suas atribuições estão: receber as solicitações, reclamações, denúncias, elogios e sugestões encaminhadas pelos cidadãos e levá-las ao conhecimento dos órgãos competentes.

Em Minas Gerais o acolhimento das demandas oriundas do cidadão é feito pela Ouvidoria Geral do Estado e por alguns municípios que possuem este serviço estruturado.

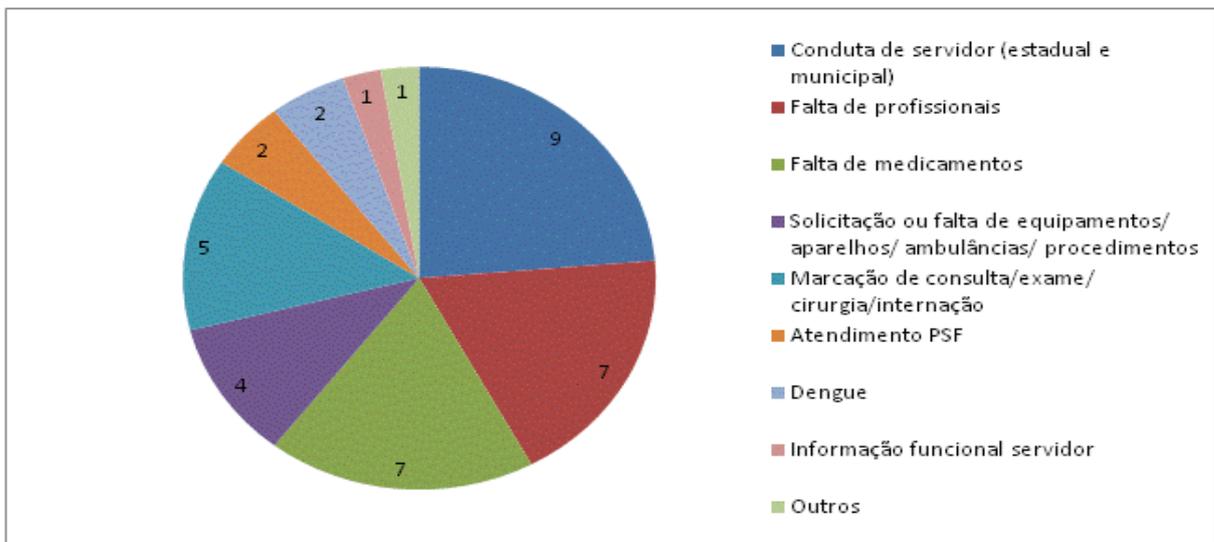
Este canal vem tendo utilização crescente por parte dos cidadãos, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:





A natureza das manifestações é variada, conforme pode se observar no gráfico a seguir:

Tipos de demandas recebidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – Janeiro 2011



Como aspecto negativo, ressalta-se a emergente utilização da ferramenta para realização de denúncias, nem sempre procedentes. Contudo, trata-se de uma importante ferramenta com grande potencial a ser explorada.

O acesso a Ouvidoria é feito através de internet, telefone, carta ou em postos específicos como as Unidades de Atendimento Integrado – UAIs.



Paralelamente, por uma iniciativa de governo, ocorre a utilização de outro canal que é o Fale Conosco. Muitas vezes, por falta de uma definição conceitual mais clara sobre o objetivo desta ferramenta, ocorre uma certa duplicidade e redundância de esforços em relação a Ouvidoria.

Finalmente, vale destacar canais de contato com o cidadão através de telefone com um viés mais proativo, como o Vigitel, por meio do qual são feitas pesquisas junto aos usuários.

4 VISÃO DE FUTURO: PROPOSTA DE UM ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS PARA AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO E A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS.

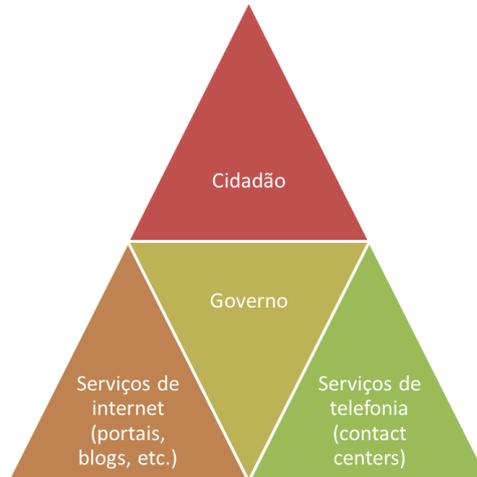
Muito tem se falado sobre o eHealth. Poderíamos traduzir eHealth como algo parecido com "saúde eletrônica" ou "saúde digital". Todavia seu significado é muito mais amplo, e vem revolucionando a Saúde em todo o mundo.

Segundo a HIMSS - Healthcare Information and Management Systems Society, eHealth é qualquer aplicação de Internet, utilizada em conjunto com outras tecnologias de informação, focada na melhoria do acesso, da eficiência, da efetividade e da qualidade dos processos clínicos e assistenciais necessários a toda a Cadeia de Atendimento à Saúde.

Neste item, apresentaremos uma proposta de um esquema que visa potencializar o uso de tecnologias da informação e comunicação em prol da gestão para cidadania. Apresentaremos também algumas ideias práticas para potencializar as ferramentas atuais, já disponíveis.

A proposta se concentra na potencialização de dois tipos de ferramenta para ampliar os contatos com os usuários: a internet e os serviços de telefonia (fixo e móvel).



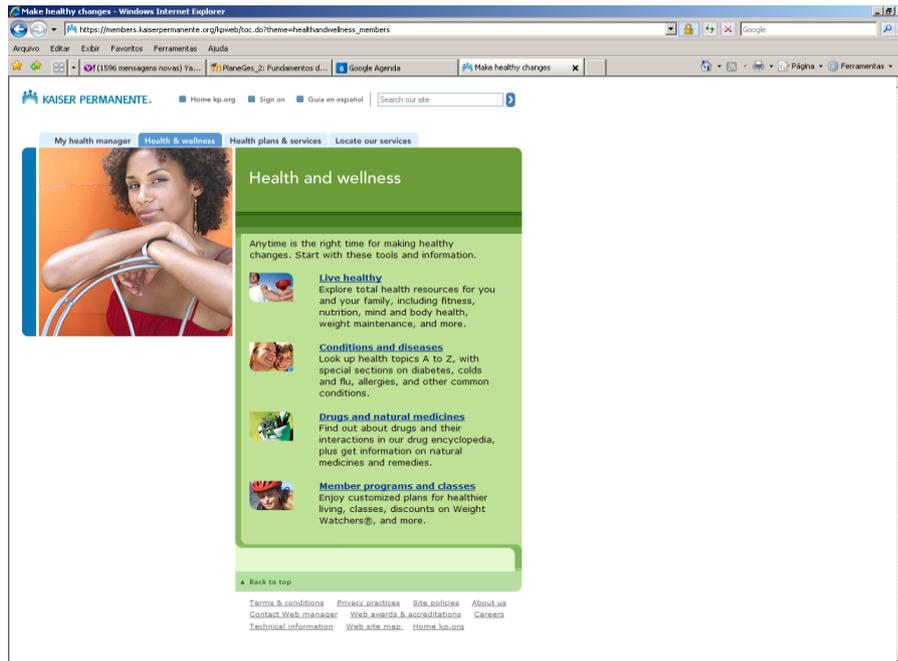


Em relação à internet, o ponto de partida é a segmentação do site ou portal da SES/MG em públicos (gestores, cidadãos, etc.). Este portal deve ser a ferramenta central que encaminha o cidadão para ferramentas específicas, criadas com a finalidade de suprir o cidadão com informações úteis sobre como usar o sistema de saúde e como cuidar melhor de sua própria saúde.

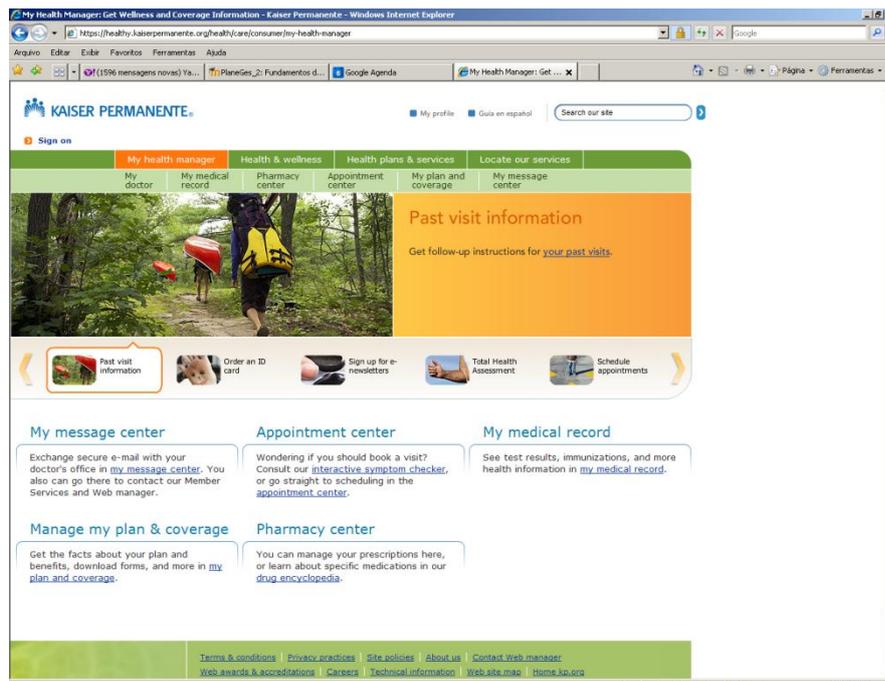
O site ondevou.saude.mg.gov.br (nome genérico sugerido) pode ajudar o cidadão a encontrar as unidades de saúde mais próximas, bem como instruí-lo a procurar preferencialmente a unidades básicas de saúde, sobretudo em procedimentos que não se adequam nos casos de urgência e emergência. Pode ainda informa-lo sobre quais são as áreas cobertas pela equipe de saúde da família e orientá-lo a como demandar do respectivo gestor municipal a adoção da estratégia de saúde da família de forma universal. Pode ainda trazer explicações e tutoriais sobre o funcionamento das redes de atenção, popularizando os conceitos do modelo de atenção proposto. Finalmente, pode detalhar e proporcionar acesso aos chamados sistemas logísticos e de apoio.

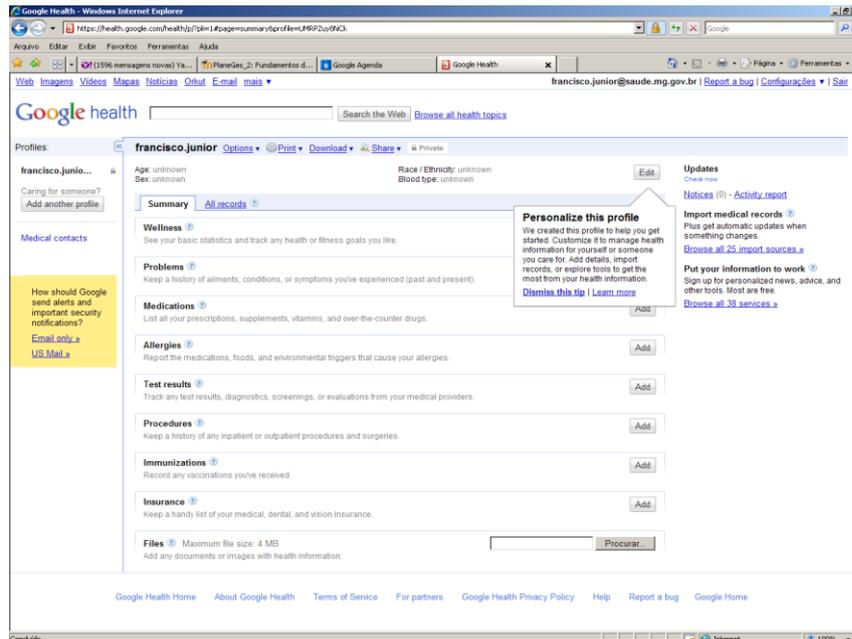
O site minhasaude.mg.gov.br pode funcionar como um guia de referência para o autocuidado apoiado, trazendo instruções práticas para o cuidado da própria saúde, bem como criar um espaço interativo com troca de experiências (construção de uma rede social entre cidadãos que compartilham de condições de saúde semelhantes). Um bom exemplo pode ser visto na figura abaixo, extraída do site da Kaiser Permanente.





Pode ainda introduzir a cultura da gestão da própria saúde através de ferramentas onde o cidadão insere as suas informações de saúde. Esta ferramenta pode, ao longo do tempo, ser integrada ao registro eletrônico do paciente. É possível também criar um espaço de interação virtual entre médicos, demais profissionais de saúde e pacientes. Como exemplos deste tipo de ferramenta, destacamos uma utilizada pela própria Kaiser Permanente e o Google Health.





Há que se explorar ainda outros recursos da web 2.0 como os wikis, os blogs e as redes sociais.

Quanto ao uso da telefonia, sugere-se um modelo bem próximo ao adotado em Curitiba conforme relatado no texto Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município, de Leonardo de Oliveira Leite, publicado na Revista de Administração Pública.

O modelo de gestão de relacionamento com os cidadãos proposto apresenta três contact centers que interagem diretamente com o cidadão.

Uma Central de utilidade pública, conforme os modelos regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e destinado às administrações públicas, nos moldes do 156 usado nas gestões municipais. É essencialmente um contact center receptivo.

Outra Central de relacionamento com a responsabilidade de comunicar as ações da administração pública nas mais diversas áreas, bem como os projetos e serviços prestados. É um contact center ativo que realiza a divulgação e convites para eventos como inaugurações, campanhas e novos projetos da prefeitura, além de contatos direcionados aos participantes dos programas e cursos da prefeitura com o intuito de manter um cadastro constante para convite e divulgação de novos eventos.



Finalmente, uma central de pesquisas: um contact center ativo que realiza pesquisas telefônicas junto aos usuários dos serviços da administração pública, realizando a avaliação dos projetos e programas disponibilizados para a população.

Também pode realizar pesquisas de opinião pública para apoio à tomada de decisão, sobre temas polêmicos e a satisfação dos cidadãos em relação aos serviços públicos e à administração.

Pode ainda apoiar os processos de vigilância em saúde, verificando se os cidadãos estão utilizando os serviços conforme recomendação dos protocolos clínicos.

Além dos contatos telefônicos, podem ser explorados os contatos via SMS. Pode-se estimular ainda a parceria com empresas telefônicas e a implantação de um projeto do tipo “Celular do Cidadão” que consistiria no fornecimento de um aparelho e um chip através do qual toda a orientação e o cuidado do cidadão poderiam ser explorados.

É importante que estes contact centers alimentem suas próprias bases e também as de outros sistemas integrados, gerando uma grande base de informações que podem ser transformadas em conhecimento sobre os cidadãos do município, suas principais necessidades e reivindicações.

Sustentando estas propostas, deve-se utilizar uma ferramenta de Gestão de relacionamento com os cidadãos (adaptação do customer relationship management).

Esta ferramenta tem a função de gerenciar uma parte dos relacionamentos dos cidadãos com a administração pública municipal, gerando informações que permitem ao gestor público conhecer suas expectativas, o nível de satisfação, as reclamações, as demandas e as características socioeconômicas e educacionais dos cidadãos de seu município.



5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi fazer uma análise das ferramentas existentes e, à partir desta análise pensar em potenciais avanços, sobretudo na construção de soluções integradas que aproximem o governo dos cidadãos.

Alguns destes projetos mais ousados começam a ser implantados, como por exemplo, encontra-se em estudo a implantação de um Call Center para o projeto Mães de Minas, através do qual serão identificadas as gestantes do Estado, que deverão ser acolhidas e, mediante o próprio Call center orientadas e auxiliadas durante a gravidez e após o nascimento de seus filhos.

Alguns exemplos de Call Center que vem inspirando o projeto da SES/MG são os utilizados pela Unimed BH, pelo Sistema Nacional Inglês (NHS) e em Portugal.



6 REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Antônio. Minas de todos os mineiros: as redes sociais de desenvolvimento integrado. Plano de Governo 2011/2014.

IBM Institute for Business Value, A Saúde em 2015: “Ganha-Ganha” ou “Todos Perdem”? , 2007.

LEITE, Leonardo de Oliveira e REZENDE, Denis Alcides. Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município. Revista de Administração Pública. Mar/Abr.2010.

MENDES, E. V. – As redes de atenção à saúde. Belo Horizonte: ESP-MG, 2009.

PORTER, M. E; TEISBERG, E. O. Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. Porto Alegre: Bookman, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – The World Health Report 2000: health systems, improving performance. Geneva, World Health Organization, 2000.



AUTORIA

Antônio Jorge de Souza Marques – Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais
Endereço eletrônico: ajs.marques@hotmail.com

Francisco Antônio Tavares Junior – Assessor-chefe de Gestão Estratégica e Inovação da SES/MG
Endereço eletrônico: francisco.junior@saude.mg.gov.br / fatavaresjr@yahoo.com.br

Luiz Claudio Silva Caldas – Servidor de carreira da Prodemge, atualmente atua junto à SES/MG em projetos de TIC. É professor da FUMEC.

